



SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2019

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 – Discussão e aprovação das atas das sessões extraordinária de 25 de abril de 2019 e ordinária de 26 de abril de 2019;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março) - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

2.3 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 28.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

2.4 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 12.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

2.5 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.6 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

2.7 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 26.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

2.8 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 8.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Acordo prévio – Discussão e Deliberação;

2.9 - Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas;

2.10 - Aprovação da revisão ao Orçamento Municipal, n.º 1 e às Grandes Opções do Plano n.º 1, do ano de 2019.

O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:

- Muito boa noite.

Verificada a existência de quórum, vamos dar início à sessão ordinária de 27 de junho. Foi antecipada num dia por motivos que já vos apresentei na Convocatória. Espero que não tenha causado transtorno a ninguém. Vamos passar à chamada.

Está um Elemento novo a substituir o Senhor André Manuel Simões Carvalho, que é a Senhora Vera Lúcia Marques Rodrigues.

(A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro:

- Faltam os Senhores Deputados Maria João Tavares Ribeiro (veio mais tarde), António Manuel Rodrigues de Sousa (veio mais tarde), Rui Manuel Simões Costa (veio mais tarde), Mariana Borges Pais, Luis Manuel Abrantes Pinheiro (veio mais tarde), João Miguel Guerra Cabral Neves e António Luis Roque Silva (veio mais tarde). Sete Elementos.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Faltando 7 Elementos, estamos presentes 21 e vamos dar continuidade. Entretanto, chegou o Senhor António Luís Roque Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. Portanto, passamos a estar 22 Elementos.

Antes de passar à discussão da ata e ainda sobre as substituições, queria pedir que as substituições fossem solicitadas, pelo menos, com 5 dias de antecedência porque, senão, causa um grande transtorno nos Serviços. São Convocatórias diferentes. São coisas diferentes. E, portanto, temos de assentar daqui para a frente, até 5 dias. É o normal. É até quando podem mandar assuntos para incluir. Está bem?

Quanto à ata, então, vamos pôr à discussão e votação a ata do dia 25 de abril. Alguém se quer pronunciar sobre esta ata? Ora, se não, quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções. Deduzo que foi porque não estiveram presentes. E, portanto, 19 votos a favor.

Em relação à ata do dia 26 de abril, receberam, hoje, à última da hora, uma alteração às folhas 6 e 7. Isto porque o Senhor António Sousa detetou na intervenção dele que algumas palavras não foram transcritas corretamente porque, ou não se percebeu e/ou não faziam sentido. E, portanto, eu pedi-lhe para ele ver toda a intervenção e para fazer a correção, que fez hoje. Portanto, a ata que está a ser aprovada já tem as folhas 6 e 7 corrigidas. Não é nada, eram só questões de pormenor, palavras que o Senhor Fernando não entendeu bem. Outras, ele também admite que tenha tido uma dicção um bocado esquisita e, portanto, foi só essa alteração. Mas, depois podem confrontar. Portanto, era só isso.

E vamos pôr à votação a ata, agora já com a presença do Senhor António Sousa. Portanto, passamos a estar 23. E, pergunto: alguém quer usar da palavra neste ponto? Se não, vou pôr à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Cinco abstenções. E, portanto, 18 votos a favor. Está aprovada a ata. As abstenções são também por não terem estado presentes, ou por qualquer outro motivo? Por não terem estado presentes. Pronto.

Leitura do Expediente. Como, habitualmente, vou escusar-me a fazê-la, uma vez que foi enviada a todos, a não ser que queiram fazer algum pedido de esclarecimento sobre esse ponto.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail do Senhor Deputado Municipal João Alfredo Lopes Ferreira, informando que, por motivos de assistência e apoio a um familiar, inadiável, não lhe é possível comparecer à sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 26 de abril de 2019;

- Carta da empresa Wiremaze – Gestão dos tempos de intervenção das Assembleias Municipais;

- Carta do Sindicato dos Professores da Região Centro – Apelo no sentido de que as Câmaras e Assembleias Municipais decidam não assumir as competências de que o poder central pretende descartar-se;

- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Cimo do Povo, de Nelas – Agradecimento/Convite para as Marchas Populares;
- E-mail do Membro da Assembleia Municipal, Senhor Carlos Manuel Monteiro Almeida – Solicita seja substituído na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, em virtude de estar ausente do Concelho de Nelas;
- Ofício n.º 4020, datado de 18 de junho de 2019, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 27 de junho de 2019;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 10/2019, datado de 29 de abril de 2019, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de abril de 2019;
- Ofício n.º 11/2019, datado de 13 de junho de 2019, enviados ao Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 27 de junho de 2019.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passamos ao ponto seguinte que é: Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. Quem se quer inscrever neste ponto? Manuel Henriques, João Alfredo Ferreira. Mais alguém? Mais ninguém? Ora, então, podem usar 15 minutos cada um. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor de usar da palavra.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Boa noite Senhor Presidente,
Senhores Membros da Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Colegas, Membros da Assembleia Municipal,
Público.

Eu ia começar, infelizmente não está cá, queria dar os parabéns à Ana Mafalda, por integrar o Executivo. É uma pessoa por quem eu tenho muita estima pessoal. Farei noutra altura estes cumprimentos. Acho que o Executivo fica a ganhar com a sua entrada, embora eu também lhe ia dizer que é um desperdício no estado em que está este Executivo, como veremos se calhar nalguns temas que vamos falar hoje. Mas ficará para outra oportunidade falarmos um pouco sobre este assunto.

Eu começava por falar de um tema que é um tema muito desagradável e é um tema que é pouco congruente com aquilo que nós temos visto fazer o Município.

Vivemos aqui uma altura festiva, que já era festiva antes de haver Municípios e haver Câmaras, a altura dos Santos, muitas festividades em todas as localidades, umas mais apoiadas do que outras. Enfim, o normal em todo o lado e em todo o País.

Vemos o Município a associar-se a essas festividades, a dar-se um pouco a ares de fidalgo rico, de grandes Artistas, tudo fantástico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas ao mesmo tempo em que vemos o Senhor Herman José, pessoa simpática, agradável, conhecida de todos, levar 15.000,00 euros, ou 14.000,00 euros daqui, temos uma situação gravíssima entre mãos aqui no Município. As nossas Juntas de Freguesia, que estão, que eu já coloquei aqui várias vezes ao Senhor Presidente e nunca me foi respondida, não recebem a contribuição acordada com a Câmara Municipal desde 1 de janeiro de 2019. Receberam zero. Eu repito, receberam zero.

Estamos a falar numa Junta de Freguesia, das mais pequenas, valores acima de cinco, seis centenas de euros/mês. É isto que estamos a falar. Estamos a falar de que o Município, deliberadamente, prefere tratar os Municípios como pessoas toscas e rudimentares. Investe-se em festas e não paga às Juntas de Freguesia para fazerem o óbvio.

É assim, isto é muito grave, por várias razões: primeiro, porque eu, tenho ido nas listas do CDS/PP, prezo muito as pessoas que estão nas Juntas de Freguesia, eleitas pelas outras forças, pessoas competentes e que poderiam ir, perfeitamente, nas listas do CDS/PP porque são pessoas com reputação, pessoas de família. E as pessoas, quando abraçam estes projetos e se comprometem com os Eleitores, têm algumas expectativas de meios para fazer realizações.

Pronto, eu espero poder-me retratar e o Senhor Presidente da Câmara me disser: é falso. Está mal informado. Não sabe o que está a dizer. Temos tudo em ordem, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho. Se for assim, meus caros, antecipadamente fica aqui a minha retratação. Só que eu sei que não é. Sei que não é porque falei com pessoas que me transmitiram, exatamente a situação. Mas, pronto, vamos esperar algum esclarecimento do Executivo.

Depois, temos uma situação que vários outros Partidos têm comentado e muito bem, a questão dos parques infantis que, parece avançar, embora avance da pior forma, de facto. Avança, parcialmente, três parques infantis. E mais uma vez nós fazemos cá dentro do Concelho aquilo que não queremos que no País se faça, ou seja, só contam as duas localidades principais. As localidades mais pequenas não existem. As crianças que vivem nessas localidades não têm direito a ter um parque infantil. Não têm direito. Têm que vir para Canas de Senhorim, ou para Nelas. O que nós acusamos de centralização no resto do País, aqui fazemos igual, ou pior. Tratamos as pessoas que vivem nas localidades mais pequenas como lixo, desculpem a expressão, como lixo porque, venham a Nelas, ou a Canas de Senhorim, que se desenrasquem, que se desenrasquem. Para quê?

E, de facto, é isto que temos. Em vez de termos uma gestão autárquica equitativa, em vez de afetarmos os valores onde eles são precisos, andamos aqui com os Hermans Josés desta vida, que isso é que é interessante. Mas, pronto. É assim. São diferenças de opinião. São diferenças de visão do que é o Poder Autárquico. Oxalá, um dia, esta Câmara Municipal possa ser governada de outra forma porque, de facto, desta forma é muito negativo.

Depois, eu queria aqui aproveitar a dica. É recente, é deste ano. O PS tem mais uma Junta no Concelho, tem a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, dou os meus parabéns. Faltavam duas, uma não é, mas esta é do Partido Socialista. E eu, noutra dia tive a oportunidade de ver um Membro destacado do Partido Socialista, destacado, embora jovem, que está aqui na Assembleia Municipal, a criticar e muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

bem, que as Piscinas de Canas de Senhorim continuavam com uma situação muito deficiente em termos de conservação na área dos balneários, que, efetivamente, a cobertura dessas Piscinas era constituída, essencialmente por amianto. E eu pergunto: a Câmara Municipal não deveria ter isto como prioridade? Ou precisam de algum esclarecimento sobre os malefícios do amianto? Porque aqui, de facto, eu volto a dizer: há os Hermans Josés desta vida e depois há as coberturas de amianto. E estamos aqui a falar de uma intervenção relativamente simples, uma intervenção com painel sandwich, que não é nenhum custo de outra galáxia, se corrigiria. Mas, de facto, o que interessa é que o Povo ande feliz e com festas para ir, que ocorreriam na mesma.

Depois e antes de entrar num tema muito triste e de publicidade muito negativa para o nosso Município, quero saudar, obviamente, coisas boas também que aconteceram. Efetivamente, com muito, ou pouco apoio da Câmara, as festividades populares acontecem em todas as localidades, felizmente. É um sinal saudável das nossas Associações. O Fórum de Turismo e Empreendedorismo realizou-se também. Eu penso que com algum sucesso. Mas, por outro lado e quando vemos um Fórum tão bem-intencionado esquecemo-nos como é que os outros nos veem fora daqui. Quem nos vê, de Viseu, ou de Coimbra, vê e houve e lê reportagens de situações como os antigos terrenos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. Ou seja, queremos nós promover hotéis de 5 estrelas, queremos nós promover a ecologia, a vitivinicultura, e vocês acham que as pessoas separam aquela situação gravíssima que ali está dos nossos empreendimentos a três, ou quatro quilómetros? Desculpem lá, mas as pessoas não separam isso.

Olhem, algum dos meus amigos, aqui, se for a Borba, se esquece do que aconteceu naquela pedreira, ainda que seja a 10, ou 15 kms, alguém se esquece? Isto é extremamente negativo para a imagem do Município. E, entretanto, felizmente, temos o Herman José para nos entreter, para irmos ultrapassando estas minudências do dia-a-dia.

A questão dos terrenos da CPFE é um clássico aqui, eu até me vou dispensar de considerações políticas. Elas estão feitas até à exaustão. Ainda na última reunião de Câmara o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e muito bem e o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral e o Senhor Vereador Júlio Fernandes, com certeza, criticaram essa situação. A parte política está toda falada. Em bom tempo alguém disse que era uma mentira que o Município adquiriu aqueles terrenos. E essa situação fica para vergonha alheia de quem a tenha. Não vou, para já, comentar mais nada. Preocupa-me muito mais outra situação. É que, em 2017, se quem estava à frente do Município, não sabia, devia saber que isto era impensável em termos ambientais.

Temos um passivo gravíssimo. Temos uma situação que se arrasta nas entidades ambientais competentes em processos de contraordenação que não têm fim. E, pronto, e temos um Município a encolher os ombros, a ir a umas reuniões a Lisboa com o Senhor Secretário de Estado, que recebe 15 Presidentes de Câmara, ou 20, no mesmo dia e a achar que sim, que demos aqui um passo importante. E o coitado do Senhor Secretário de Estado, passados 20 minutos, já recebeu outros dois Presidentes de Câmara e achamos que isto é suficiente, que estamos bem e que cumprimos o nosso papel. Ora, isto é, de facto, uma falácia.



O Município tem aqui, nesta situação muito clara, uma forma de atuar, é judicialmente, judicialmente. Aquele terreno da antiga Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos tem um proprietário. Não é um proprietário que esteja insolvente. Não é um proprietário sem recursos. É um proprietário que também não foi por acaso que este terreno veio para ele. É um terreno que comprou, que arrendou, sabia, exatamente, que tipo de operações de resíduos ali se fazia. Por isso, não é nenhum proprietário inocente. Não herdou esta situação do nada.

O Município tem que ter uma posição firme. Se preciso for pôr-lhe um processo de contraordenação, mensalmente, coloque, faça barulho, contrate gente competente que possa ajudar o Município. O Município tem várias avenças com advogados externos, é pá, que contrate um competente nesta área.

Recomendo-lhe vários. E, se calhar, com menos dinheiro. A questão aqui é ter uma posição política, defender os interesses das populações. Como acabou de referir, pesa ambientalmente e pesa politicamente e nos interesses dos outros empresários, do turismo, instalados no nosso concelho. Se acham que, pois, chatice, é pá, a CCDR não decide o processo de contraordenação, é pá, continuem que, de facto, daqui por 10 anos podemos ter uma solução.

Agora, a lei em vigor em Portugal tem disposições e mecanismos e procedimentos suficientes para se abordar isto com seriedade. O Concelho e os seus Municipais estão lesados. Devem, merecidamente, requerer que seja responsabilizado o Estado Português por esta situação. Mas, claro, podemos continuar a fingir que não há nada. Se mantemos esta posição não vamos resolver o problema. Felizmente aquela reportagem da SIC fez muito mais para resolver a situação de que 50 idas a Lisboa.

De facto, é uma vergonha e não se pode imputar isto a outros Executivos. São 6 anos deste Executivo. Foi neste mandato que a situação se agravou. O Município tem os meios. Tem os Advogados. Tem Orçamento. Não faz porque não quer. Eu não sei porque é que não quer. Mas não faz porque não quer.

E os Senhores, aqui conhecemos todos a situação. E é uma situação gravíssima e revela uma incompetência que, de facto, eu não gostava de estar associado a um Executivo que tivesse este comportamento.

Pelo exposto, eu acho que o CDS não pode deixar passar esta situação e vai apresentar uma moção à votação aqui da Assembleia Municipal, com dois pontos distintos. Senhor Presidente, eu passo a ler.

A moção chama-se Desastre ambiental nos terrenos da EX-CPFE

A proposta é assinada por mim próprio. Tem dois pontos, que eu pedia que fossem votados separadamente.

O Ponto 1.º - Censurar o atual Executivo e o do mandato anterior, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, pelo agravamento da situação ambiental dos resíduos depositados nos terrenos da EX-CPFE, fruto de uma postura passiva e displicente nas negociações com as entidades com competência em matéria ambiental e com a Caixa Geral de Depósitos (proprietária do terreno);

Ponto 2.º – RECOMENDAR À CÂMARA MUNICIPAL, com caráter imediato, que recorra a todos os mecanismos judiciais, nacionais e comunitários, contra as empresas envolvidas e contra o Estado Português, para a resolução do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

problema, não só para imposição de medidas de atuação concreta, bem como ações de Responsabilidade Civil.

Nelas, 27 de junho de 2019.

Não estaria de bem com a minha consciência se não apresentasse porque a situação é vergonhosa e nós, enquanto Órgão Político, temos culpa se nada fizemos neste assunto.

Tenho dito.

Senhor Presidente, terminei os meus pontos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A moção, faça favor. Tratamos da moção ao fim da intervenção do Senhor Deputado João Alfredo. Senhor Deputado João Alfredo, faça favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Obrigado.

Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Executivo Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e Meus Senhores, aqui presentes.

Eu vou apenas apresentar cinco pontos, extremamente curtos, que também espero que a resposta seja curta e objetiva.

No primeiro ponto, começo por salientar que no próximo sábado vai-se realizar nas Piscinas Municipais de Nelas a última prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação, que engloba 20 Escolas, onde estão presentes, à volta de 12 a 15 Atletas, que representam a Escola Municipal de Natação de Nelas e esperava, ou espero que, apesar do apoio e do desinvestimento que tem sido feito no acompanhamento e, nomeadamente, nas condições de treino desses Atletas e, neste caso, apesar disso, há 4 Atletas em condições de lutarem pelos primeiros lugares, o que a todos nós nos apraz, a mim, apraz-me registar e é com orgulho, em virtude das condições que são conhecidas de todos, que eles têm. Portanto, eu espero que o Executivo esteja representado ao mais alto nível porque creio que os nossos jovens merecem isso. Esse é um ponto.

O segundo ponto, queria colocar ao Senhor Presidente, ou a quem me souber responder, qual o apoio, na realidade, para deixarmos de, vamos lá, especular que falta liquidar aos Bombeiros do nosso Concelho, nomeadamente, de Canas de Senhorim e de Nelas, respeitando ao ano de 2018 e, na realidade, o que é que está previsto de apoio, concretamente, em 2019.

Outro ponto era o seguinte: aqui há dias, conforme ia em passeio, verifiquei, com grande tristeza, o estado de abandono em que se encontra, no cemitério novo, o talhão respeitante aos antigos Combatentes. É deplorável. Acho que eles mereciam mais de nós, pelo respeito e por aquilo que fizeram pela nossa terra, porque engrandecemos e depois deixamos ao abandono algo que nos representa e toca muito, bem como o Monumento aos Combatentes. Se o Senhor Presidente lá passar, aquilo está a começar a degradar o que está à volta, a relva e isso tudo.

Outro assunto que trago é, na realidade, aquilo que tem acontecido e não tem havido reparações, há situações que até é um problema de saúde pública. Junto ao Centro Escolar de Nelas, por vezes os esgotos, quer da rua que vem ao Cineteatro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

quer da rua onde se encontra situado o Centro Escolar e nas proximidades, à volta de 50 metros, há dias em que o esgoto corre a céu aberto, com todas as espécies de dejectos e grandes problemas para pessoas que ali circulam, nomeadamente, risco para as crianças e qualquer pessoa que lá circule.

Por último, vou falar na realidade do que acho que é uma requalificação e esta é a pergunta que eu faço ao Senhor Vereador Aires dos Santos, queria saber qual era o ponto da situação do sítio onde foi concluída a Linha da Beira Alta, para saber em que situação é que está e se me podia esclarecer mais alguma coisa.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos, então, agora passar à moção.

Quem quer usar da palavra neste ponto, sobre a moção? Ninguém. Então vou passar a ler de novo.

Ponto 1.º - Censurar o atual Executivo e o do mandato anterior, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, pelo agravamento da situação ambiental dos resíduos depositados nos terrenos da EX-CPFE, fruto de uma postura passiva e displicente nas negociações com as entidades com competência em matéria ambiental e com a Caixa Geral de Depósitos (proprietária do terreno);

Ponto 2.º – RECOMENDAR À CÂMARA MUNICIPAL, com caráter imediato, que recorra a todos os mecanismos judiciais, nacionais e comunitários, contra as empresas envolvidas e contra o Estado Português, para a resolução do problema, não só para imposição de medidas de atuação concreta, bem como ações de Responsabilidade Civil.

O Proponente pede para os pontos serem votados em separado. Portanto, quer usar da palavra? Faça favor, Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,
Estimado Público.

Visto que neste ponto, de Antes da Ordem do Dia, só vamos falar desta situação, eu queria comentar o ponto n.º 1 da proposta desta moção que censura o mandato atual e o mandato anterior. Eu quero lembrar a todos vocês que, faz dois anos atrás, uma placa da Câmara Municipal de Nelas dizia que comprou os terrenos. Maior responsabilidade não pode haver.

Senhor Presidente, é a maior aberração deste Concelho. O Senhor diz que compra os terrenos. E, depois, aparece o passivo ambiental, que disse aqui, há pouco tempo que estava, em termos de Caixa Geral de Depósitos, em valores superiores a 400.000,00 euros para descontaminação, etc., etc., etc.

O Senhor tem a noção de quanto é a descontaminação daquele terreno? Gostava que apresentasse esses valores à Assembleia e aos Municipais deste Concelho. Até porque comprou um passivo, um terreno com passivo ambiental. Será que não sabia na altura, ou só quis fazer show off em campanha eleitoral?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dou-lhe os meus parabéns, conseguiu. Mas, agora tem nas mãos aquela situação que é a seguinte: vou cuidar do ambiente deste Concelho. Tenho problemas do mandato anterior, anterior a ele, de várias dívidas, de várias coimas ambientais. Realmente é verdade. Vamos tratar das ETAR,s. Nenhuma funciona.

O Senhor consegue enterrar coisas, que também o disse aqui, que, realmente, não se veem. Pois, não se veem porque, realmente, não existem. O Senhor, dívidas tem a montes. Conseguiu, conseguiu hipotecar, hipotecar este Concelho naquilo que dizia anteriormente dos mandatos anteriores: vou sanar as dívidas. Onde é que elas estão Senhor Presidente?

Realmente, supera os 14 milhões de euros, fora aquilo que o Governo lhe conseguiu pôr de lado para fazer mais dívida. Mas isso vai ter que a pagar. Se calhar, o Senhor não, o Senhor não. Está a hipotecar, está a hipotecar o destino e a História deste Concelho e o futuro deste Concelho.

Agora, só vos digo, quanto a este ponto, de censura ao mandato atual e ao mandato anterior, mandato anterior deste Senhor Presidente, eu digo-lhe, a placa que V. Ex.^a mandou pôr é exemplo daquilo que espelha o seu Executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Por acaso era para falar da moção e não de outros assuntos. Mas, adiante. E, aproveitou, mas não o devia ter feito. Devia era discutir a moção e não outros assuntos. Maria João Ribeiro, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Secretárias,
Senhores Vereadores,
Caros Colegas,
Digníssimo Público, aqui presente.

Em relação à questão e vou falar da moção e em relação do que o meu colega falou, à placa, infelizmente, essa placa faz parte também do passivo ambiental. Foi mais um elemento que lá está, onde, facto, se conclui que a única verdade aqui é a mentira do que está escrito a verde, infelizmente.

Muito boa noite Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, que muito nos honra a sua presença aqui.

Gostaríamos também a respeito da moção, sim, senhora, vamos aprovar a moção, mas gostaria muito de ver o vosso envolvimento muito para além da moção e em especial, do Senhor Professor Luis Pinheiro, até porque aqui foi apresentado como alguém que defende causas, como alguém que vai ajudar o Município e vou passar a citar o que foi dito na última Assembleia sobre, desculpem, na Assembleia de dezembro, sobre isso: O Senhor Professor Luis Pinheiro, pela experiência que tem em matéria de gestão na área da Educação e também em matéria de gestão na área política, de intervenção política, na defesa de causas, como acho que tem que ser esta, para além de toda a obrigação e, enfim, o enquadramento jurídico, de que falou o Deputado Senhor Dr. Manuel Henriques, e a maneira como o faz, que, se for mobilizado, como já está a ser, na participação que tem tido na Câmara Municipal, num projeto de engrandecimento desta grande Comunidade que é o Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nelas, eu creio que conseguirá, com mais profundidade, realizar, concretizar os objetivos a que se propôs.

Depois do que vimos naquela reportagem acho que a responsabilidade do passivo ambiental e, atenção que estamos já a falar de consequências para a saúde pública, há uma grande responsabilidade da vossa parte. Eu espero que, efetivamente, para além da presença com que a partir de hoje nos honra aqui, que, e daqui para a frente venhamos a ter informação de como é que evolui este processo e que, sim, senhora, isto se resolva com muita rapidez. E é nesse sentido que vamos aprovar esta moção.

É tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Antes de prosseguir, queria referir que, entretanto, chegaram mais três Senhores Deputados, que foram os dois Deputados do PSD, Maria João Tavares Ribeiro e Rui Manuel Simões Costa e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Luís Manuel Abrantes Pinheiro. Portanto, neste momento, estamos 26 elementos presentes.

Ora, pediu-me a palavra o Senhor Deputado Fernando Garcia. Faça favor.

O Senhor Deputado Fernando Garcia:

- Muito boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Caro Público.

Eu ia abordar aqui a questão da moção apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Henriques, nomeadamente quanto aos dois pontos separados.

Relativamente ao primeiro, decidimos, não concordar por uma razão: o problema não está lá porque a SIC o levantou, está lá há mais de uma década. E toda a gente assobiou para o lado. Certo?

É uma questão que não foi a SIC que levantou como peça jornalística e como nós todos sabemos como as peças jornalísticas são feitas, com exageros, ou não, concordamos também que está ali um problema grave para resolver. Agora, a culpa não pode ser só sacada ao atual Executivo. Isto já vem do anterior e do anterior e do anterior e do anterior. Portanto, iremos votar contra esta situação.

Relativamente ao ponto n.º 2, é uma recomendação? De acordo. Não vemos nada contra, até porque, tanto quanto a gente sabe e até pela Comunicação Social, via CCDR, já houve coimas. Aquilo é propriedade privada. Foi noticiado que houve uma coima e não foi nada leve. É propriedade privada. É um problema que a Caixa Geral de Depósitos tem que resolver e nesta questão, que eu também pedia ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse melhor esta situação, se houve Executivo que quis resolver o problema via aquisição do mesmo e por incumprimento contratual da descontaminação daqueles terrenos, foi o atual Executivo.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Faça favor, Senhor Deputado Manuel Henriques.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Só queria fazer aqui um pequeno esclarecimento sobre o que foi dito, simpaticamente pelo Senhor Deputado do Partido Socialista.

Vamos lá ver uma coisa: fazendo uma retrospectiva do que aconteceu naqueles terrenos e aproveitando a oportunidade, há aqui um falhanço que a Câmara tem que assumir. Quando a Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos fechou a Câmara foi muito passiva, não vou querer fazer aqui uma revisitação histórica, mas a Câmara devia ter assumido a dianteira de comprar aqueles terrenos para fazer ali um polo industrial como deve ser.

Depois, a Câmara Municipal, ainda do Partido Socialista, que o foi de 1989 a 2005, se a memória não me falha, nada obistou àquelas operações ambientais de resíduos, embora possa dizer que, se calhar, não sabia o que lá estava. Admito. É justo que se diga.

Mas eu quero dizer que o Partido Socialista tem muita responsabilidade. O Partido Socialista aqui devia, por uma questão de princípio, devia abster-se, ou votar a favor. Isto para dizer que sim, que está comprometido com o futuro do Concelho. Isto importa ser dito porque este problema criou-se porque o Partido Socialista foi incompetente naqueles anos. Isto é uma nota.

Por outro lado, as operações ambientais e alguém me corrija se estou errado, terminaram ali em 2011, ou seja, porque o empresário viu-se envolvido, pronto, por coincidência também com umas complicações com o Partido Socialista, na altura, que governava. Pronto, isto são contas de outro rosário, com Membros destacados do Partido Socialista também, operações muito estranhas que estão na Justiça ainda. Mas, atenção, o problema começou, sensivelmente, em 2010, 2011.

E, depois, quero dar outra nota e desculpem, um bocado, o argumento da autoridade. Não é uma questão privada. Ambiente e Ordenamento do Território é uma questão pública, da maior importância, da maior importância. Está aqui uma pessoa que pode esclarecer, a Senhora Professora Mafalda Lopes, alguma matéria sobre isso em matéria ambiental, com autoridade também.

Por isso, Senhor Deputado, não leve a mal o que eu estou a dizer. Eu só quero sublinhar que é uma matéria pública da maior importância. Não é, efetivamente, algo que acontece na propriedade de um particular e que não tem que, não interessa a toda a Comunidade. Não, interessa. Está a ferir os recursos hídricos. Está a contaminar o solo. É uma coisa que nos afeta a todos. E ninguém tenha a veleidade de olhar para isto como sendo em Canas de Senhorim, ou em Nelas, ou em Carvalhal Redondo. Não. Quem olha para nós, de fora, olha-nos, quase, desculpem a expressão crua e dura, como um caixote do lixo, olham para nós como um caixote do lixo. Foram as Minas da Urgeiriça, a Empresa Nacional de Urânio, foi a CPFE.

É assim: os Senhores podem andar aqui a fazer fóruns e colóquios. Não resolvam aquilo, não melhorem a imagem do Município e, de facto, estão a estragar o dinheiro dos Municípios nestas fantochadas. Quem nos olha de fora, de Viseu, de Coimbra, de Lisboa, vê-nos como um caixote do lixo. Desculpem lá. É isto, é isto. Quando se fala no Concelho de Nelas, na Urgeiriça, veem lixo, radioatividade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

empresas abandonadas. Por isso, ou os Senhores acham que isto é sério, ou então continuam a contratar o Herman José. Têm sempre essa solução.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Portanto, o Senhor fez a proposta. Eu pus à discussão. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Restante Mesa,

Senhores Vereadores,

Senhores Membros da Assembleia,

Mais pessoas que estão a assistir.

Tenho pena, muita pena que alguém use a tribuna da Assembleia Municipal de Nelas para dizer que as pessoas de fora nos veem como lixo. Há muita gente a trabalhar, de Empresários, Trabalhadores, Comerciantes, Autarcas, para evitar que essa imagem do Concelho, alguma vez passe para fora.

Se V. Ex.^a, porque perdeu as eleições, assim o considera, é lá consigo. Mas eu sinto-me ofendido, como Município de Nelas, que venha para aqui dizer que as pessoas olham de fora para nós como lixo. Não é esse o meu entendimento. Lamento isso. Com o devido respeito. Com o devido respeito por V. Ex.^a. Com o devido respeito.

Portanto, relativamente à Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, ainda bem que referenciou que há um problema que vem de 2010, 2011. Acabou de o referenciar agora. Portanto, quando cheguei à Câmara, como Presidente de Câmara, em 2013, o que foi feito, imediatamente, foi um estudo prévio relativamente à requalificação dos Fornos Elétricos, em 2014, que foi apresentado à CCDR no âmbito de um Aviso de requalificação das Áreas de Acolhimento Empresarial.

Foi feito aos Fornos Elétricos. Posso-lhe mostrar o estudo prévio de 2014, aliás, tenho-o aqui. Foi feito para a Zona Industrial da Ribeirinha. Foi feito para a Zona Industrial do Chão do Pisco e para a Zona Industrial 1, de Nelas.

Como sabe, as instalações da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos são propriedade, desde essa altura, da Caixa Leasing e Factoring. Aquelas instalações não são propriedade, nem da Junta de Freguesia, nem da Câmara Municipal.

E logo, no ano de 2014, com esse estudo prévio, foi encetada negociação com a Caixa Leasing e Factoring, que pediu 3,5 milhões de euros pelas instalações dos Fornos Elétricos. Valor pelo qual tinha feito um “lease back”, ou seja, tinha ficado com a propriedade daquilo, que era das empresas do Grupo Godinho.

Já nessa altura, também tenho aqui evidências disso, havia o acompanhamento por parte da Entidade competente em matéria ambiental para acompanhar os passivos ambientais de áreas industriais degradadas que é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Também tenho aqui o levantamento que foi feito pela CCDR.

Durante esse primeiro mandato foram feitas umas séries de negociações, que passou, baixando o valor de 3,5 milhões de euros, depois para 1,5 milhões de euros, depois para 900.000,00 euros e no verão de 2017 foi feita uma proposta por parte da Câmara, por meu intermédio, à Caixa Leasing e Factoring, que diz o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

“Na sequência dos contactos mantidos desde 2014, relativamente ao interesse, por parte do Município de Nelas, na aquisição das instalações que foram da antiga Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, posteriormente com a locatária, Sociedade de Empreitadas Ferroviárias, atualmente propriedade da Caixa Leasing e Factoring, vimos, pela presente, efetuar a seguinte proposta de aquisição, condicionada aos fatores seguintes:

a) Posterior deliberação do Órgão competente para fazer a aquisição, que é a Câmara Municipal;

b) Aprovação do financiamento com vista a retirar o passivo ambiental, no valor estimado, máximo, de 300.000,00 euros e a requalificação do espaço para nova área de acolhimento empresarial, com treze lotes, destinado a empresas não poluentes, no valor orçado de 1.350.000,00 euros, no âmbito do Aviso PO SEUR, cuja segunda fase decorre até 31 de agosto de 2017. A proposta é então a seguinte: Preço oferecido: 420.000,00 euros; Prazo de pagamento, a negociar, apontando-se, todavia, para 10 anos, eventualmente, com financiamento a efetuar no Grupo financeiro, através de leasing; Imediata transição do imóvel e da propriedade, para a mesma poder ser objeto de intervenção acima referenciada; Remoção de todos os resíduos existentes a cargo do Município de Nelas na condição acima referenciada, ou seja, aprovação do financiamento com vista a retirar o passivo ambiental.”

Portanto, esta foi a proposta que foi feita em 09 de junho de 2017, que foi aceite pela Caixa no seguimento da proposta, em 29 de junho, da proposta de aquisição das instalações da antiga Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, remete-se a carta de adjudicação. Portanto, em 29 de junho, o Presidente da Câmara fez uma proposta condicionada e a Caixa aceitou, vender as instalações dos Fornos Elétricos.

Continuaram as negociações e em 2018 houve uma reunião na Secretaria de Estado do Ambiente, nos termos da qual a Caixa Geral de Depósitos e o Ministério do Ambiente tentaram a negociação relativamente ao preço:

“Na sequência da reunião conjunta, efetuada com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, na passada terça-feira e nas condições, oportunamente, acordadas:

1.º - A Caixa vai dar sequência imediata à intimação da CCDRC para limpeza do passivo ambiental das referidas instalações estando já a efetuar diligências para esse efeito, das quais informará, muito proximamente, a CCDR, com conhecimento à Secretaria de Estado do Ambiente e ao Município de Nelas.

A Caixa informa que a adjudicação, oportunamente comunicada ao Município de Nelas, fica sem efeito, permanecendo o imóvel fora da comercialização até à conclusão dos trabalhos de limpeza. Após a conclusão dos referidos trabalhos de limpeza a Caixa atualizará a avaliação do imóvel e recolocará o mesmo em comercialização nas condições que considerar então adequadas. Nesse momento, caso o Município manifeste, então, interesse na aquisição do imóvel teremos todo o gosto em reiniciar negociações para esse efeito sempre no quadro da comercialização normal do imóvel.”

Mais, acrescento que recebi uma chamada, anteontem, da CCDR, a dizer que já foi aplicada uma multa ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, que ia haver uma reunião e que a Senhora Presidente da CCDR, a quem cabe, a entidade tutelar sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

os resíduos que estão nos Fornos Elétricos. Ligou-me anteontem, referindo que depois me comunicava o resultado dessa reunião com o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

E, portanto, a Câmara de Nelas não tem nenhum, já o disse aqui, interesse especial em ser proprietária dos terrenos dos Fornos Elétricos. Tem interesse em que o problema se resolva e para isso fez uma proposta condicionada ao apoio de montantes financeiros para resolver o passivo ambiental dos fornos elétricos.

Com o devido respeito, não julgo que tenha tido qualquer comportamento negligente, nem no primeiro mandato, nem atualmente e recorro a V. Ex.^{as} que ainda nem sequer estou no meio do segundo mandato, para o qual fui eleito até 2021. E, portanto, não sou pessoa de confronto, nem com a CCDR, nem com a Caixa, ao contrário de V. Ex.^{as} que, também não me importo nada, parecem ser pessoas de confronto com o Presidente da Câmara.

E, por isso, considero, absolutamente, injusto, descabido, injustificado, qualquer censura a um Presidente de Câmara que, assim que toma posse, tenta resolver um problema ambiental e de que não tem responsabilidade nenhuma, nem a Câmara, nem a Junta de Freguesia

Portanto, meus caros amigos, arranjem outros argumentos, outras coisas, para censurar o Presidente de Câmara. Não de coisas que ele não tem responsabilidade nenhuma, com o devido respeito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado Senhor Presidente. Rui Costa faça favor.

Só sobre a moção.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, muito obrigado.

Vou-me cingir só à moção e vou-me dirigir à bancada do Partido Socialista no seguinte:

Senhor Deputado Fernando, estimado, peço-lhe desculpa. Se não se abster no mínimo à moção está, realmente, a hipotecar, a hipotecar um passivo ambiental e, realmente, vai ficar a bancada do Partido Socialista vinculada a uma situação ambiental crítica no nosso Concelho.

Eu só solicitava que, refizesse e repensasse a postura de voto porque estamos numa situação que é a seguinte: ou queremos continuar a dizer que temos uma lixeira ali, que já não vou dizer que as responsabilidades, de quem são, porque, depois a seguir, vou falá-las. Desculpe lá. A seguir vou falá-las. Agora, estou impedido de o fazer.

Mas, só queria, segundo a moção, alertar o Partido Socialista que tenha noção daquilo que vai fazer porque, é um crime público. E, se é um crime público, a responsabilidade dos Deputados Municipais é grande. Solicitava que repensasse o seu sentido de voto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Manuel Henriques defenda a honra.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre o ponto, em concreto, que eu queria falar. Bom, o que tivemos aqui, da parte do Senhor Presidente de Câmara, que eu aceito qualquer argumentação, mesmo que não concorde com ela, é uma situação muito grave porque o Senhor Presidente da Câmara, o que nos veio dizer foi, primeiro, que conhecia, perfeitamente a situação em 2013 e não obstante isso, não obstante conhecer a gravidade, fez uma encenação para enganar os Municípes em 2017.

Depois, foi dito, foi dito à minha pessoa, foi deturpado aquilo que eu disse relativamente aos resíduos. Eu volto a lembrar, por uma questão de respeito, que há pessoas neste Concelho, pessoas que tiveram familiares falecidos, que faleceram em função da poluição que criaram algumas indústrias aqui.

Por isso, quando eu uso palavras fortes é para sensibilizar o Poder Político que tem que ser responsável. E, agora, vir deturpar o que o Deputado Manuel Henriques diz, não. O Deputado Manuel Henriques foi muito claro e entendeu quem esteve de boa-fé.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor deputado Fernando Garcia, faça favor

O Senhor Deputado Fernando Garcia:

- São só 30 segundos e para responder ali ao Senhor Deputado Rui Costa relativamente à questão que foi aqui levantada.

São dois pontos que estão a votação. E nós fomos bem explícitos. No primeiro, não concordamos. No segundo, sendo uma recomendação para que se resolva o problema, não temos nada contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não havendo mais intervenções, vou passar à votação do primeiro ponto. Toda a gente sabe qual é, é censurar o atual Executivo e o mandato anterior. E, pergunto, quem vota a favor? Oito votos a favor. Quem se abstém? Duas abstenções. Os restantes dezasseis são contra. Portanto, o ponto 1 foi recusado com dezasseis votos contra, duas abstenções e oito votos a favor. As abstenções foram do MCCD. E os votos a favor foram do CDS e do PSD.

Vamos passar ao ponto 2. E, pergunto: quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, quatro votos contra, zero abstenções e vinte e dois votos a favor. Os votos contra são do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, das Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Portanto, o ponto 2 foi aprovado com vinte e dois votos a favor, zero abstenções e quatro votos contra.

Antes de passar ao Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente vai dar esclarecimentos às solicitações apresentadas pelos senhores deputados.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Várias questões foram colocadas pelo Senhor Dr. Manuel Henriques, pelo Senhor Dr. João Alfredo. Essencialmente, e quanto a estas:

Relativamente às Juntas de Freguesia, relativamente aos meses de janeiro a junho deste ano não foi pago qualquer montante às Juntas de Freguesia, a esse título. Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, foram feitos pagamentos de valores relativos a 2018 em janeiro e agora em junho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, a situação de 2018 está toda regularizada relativamente às Juntas de Freguesia. No âmbito da gestão financeira, que evidenciava no final do ano de 2018, como estão bem recordados na Conta de Gerência, uma dívida a fornecedores, de curto prazo, decorrente dos investimentos que o Município tem em curso neste momento e que muitos de vós, ou alguns de vós, ou poucos de vós, melhor, insistem em dizer que não se veem, eu convido-vos a irem à ETAR de Nelas III, à Escola Primária de Carvalhal Redondo, à Escola Primária de Santar, à ETAR de Vilar Seco, à ETAR de Moreira, à ETAR de Santar, entre Santar e Carvalhal Redondo, à Escola Primária de Vilar Seco, à ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo, ali à Rua Eurico Amaral, ao Folhadal ver a estação elevatória que está em construção, à Zona Industrial, duas estações elevatórias, convido-vos a ir ver.

Quem diz que não vê obras em andamento, é evidente que sim, que não vê porque não circulam pelo Concelho. E, portanto, não circulando pelo Concelho não o conhecem e não sabem qual é o investimento que está em curso.

É verdade o que estou a dizer e convido o Senhor Deputado Rui Costa, com o sorriso que está, amanhã de manhã bebe um café comigo e eu levo-o a estas obras todas. E tiramos fotografias. Isto que eu estou a dizer é real, não é nenhuma ficção. É real o que está a acontecer.

E, portanto, digo-vos que a dívida de curto prazo a fornecedores era em 31 de dezembro de 2018 de 2.442.865,00 euros. São tudo números que vocês podem verificar na Conta de Gerência que foi aprovada e como têm aqui na informação do Presidente de Câmara, em 31 de maio de 2019, a dívida a fornecedores é 1.518.000,00 euros. Recuperámos, como eu também disse na Conta de Gerência, 924.000,00 euros de dívidas de curto prazo a fornecedores. E, 300.000,00 euros relativamente a 31 de março. E a dívida, contrariamente, há algum rigor, há documentos, isto é distribuído de três em três meses, a Conta de Gerência, V. Ex.^{as} também a têm. E vêm para aqui com números que não têm nenhuma aderência nas Contas.

A não ser que me digam: falsificaste este documento e isto não corresponde à verdade. Isso, têm que dizer, que é para eu me defender a dizer: este documento e este número é verdadeiro.

Portanto, não há, quais 14 milhões de euros, quais 16 milhões de euros, de dívida da Câmara? A dívida de médio e longo prazo atual da Câmara é de, hoje, 27 de junho, de 10.447.000,00 euros. Certo? A dívida, esta é a dívida. Esta é a dívida da Câmara. Há um empréstimo que está aprovado de que falam, um, por exemplo, da CAVES, 1.100.000,00 euros, que ainda nem está visado. Há valores de empréstimos para obras que ainda nem foram utilizados. Portanto, ainda nem sequer há dívida.

Portanto, relativamente a esta questão, é verdade, das Juntas de Freguesia. É também verdade que foi publicada uma lei de transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, que o Senhor Dr. Manuel Henriques, seguramente, deve conhecer. Já estamos em conversações com as Juntas de Freguesia, que têm o âmbito da delegação de competências que está em vigor atualmente, um bocado mais alargado. E, portanto, estamos também a recuperar essa questão relativamente às Juntas de Freguesia que entra também com uma situação que tem a ver com os Bombeiros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O valor que estava no Orçamento do ano passado destinado aos Corpos de Bombeiros de 40.000,00 euros que foram pagos integralmente em 2017 e 2016, juntamente com um apoio à gestão dos Corpos de Bombeiros de 25.000,00 euros, dá um total que a Câmara deu em 2016 e 2017 de 65.000,00 euros, por ano, a cada uma das Corporações de Bombeiros, Nelas e Canas de Senhorim. Os 25.000,00 euros do ano passado estão, integralmente, pagos. Foram, integralmente, pagos. Falta pagar aos Corpos de Bombeiros, este ano, os valores de 40.000,00 euros, destinados a investimentos, que eu vou consensualizar com os Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim, no sentido dessa verba ser paga o mais rapidamente possível, com um montante já em junho.

Mas, tenho que vos dizer e realçar também, lembrar que a Câmara está a transferir desde março, melhor, desde fevereiro, para o Corpo de Bombeiros de Canas de Senhorim e desde abril para o Corpo de Bombeiros de Nelas, no dia 20 de cada mês, um duodécimo de 35.000,00 euros da constituição de duas Equipas de Intervenção Permanente, que os Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim passaram a ter este ano 5 profissionais, a tempo inteiro, 5 pessoas do Quadro, a tempo inteiro, suportadas 50% pela Câmara e 50% pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Ou seja, os Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim vão receber este ano, em recursos humanos, 70.000,00 euros cada uma, que é o que custa uma EIP, 70.000,00 euros cada uma.

Portanto, estamos a acompanhara a situação dos Bombeiros de Nelas e dos Bombeiros de Canas de Senhorim. As transferências estão a ser feitas no dia 20 de cada mês para as Equipas de Intervenção Permanente, que são 5 Trabalhadores permanentes, que existem, foram contratados pelos Bombeiros, em Nelas e em Canas de Senhorim. E, evidentemente, que o compromisso que existe, relativamente a 2018, vai ser honrado pela Câmara Municipal, dentro das disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, das disponibilidades de Tesouraria, sempre, naturalmente, em diálogo e em cooperação e em conhecimento da situação financeira dos Corpos de Bombeiros.

- Em relação aos parques infantis, em julho, decorreu o procedimento. Vão ser feitas intervenções totais nos parques infantis, dois de Nelas e um de Canas de Senhorim. E vão ser revistos todos os parques infantis que não estejam em condições, sendo que alguns ainda estão em boas condições. Algumas Freguesias, como Santar, com pouco, com algum trabalho podem ainda perdurar esses parques infantis, como Carvalhal Redondo. E, portanto, vai ser feita essa intervenção, naturalmente depois de serem feitos os procedimentos.

Relativamente às Piscinas de Canas de Senhorim, há sempre e bem, há sempre coisas, necessidades para suprir. Fizemos também uma grande intervenção agora, que era necessário fazer, relativamente às Piscinas, que corriam o risco de não abrir. Em Nelas foi uma intervenção profunda, relativamente ao assentamento da Piscina e à betonagem da Piscina e, portanto, originou cortes no ano passado e houve necessidade premente de o fazer. E, por isso é que a Piscina vai abrir, João Alfredo, um bocadinho mais tarde, porque vai abrir este ano em condições e, naturalmente, a Câmara fará tudo que estiver ao seu alcance no sentido de estar presente, de valorizar a questão dos Combatentes nos cemitérios, valorizar e fazer o Monumento aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Combatentes, de acompanhar a situação do Centro Escolar de Nelas, e dos esgotos que já estamos a acompanhar..

E, dizer-vos também que, e tenho aqui a evidência disso, se o Senhor Dr. Manuel Henriques quiser, porque às vezes uma mentira repetida, já a ouvi ontem repetida na reunião de Câmara, o Herman José, que veio a Nelas, custou 7.000,00 euros, mais IVA. Foram lançados dois procedimentos. O primeiro foi anulado. Tenho aqui prova da anulação. E, depois, foi feito um novo procedimento. Não custou 14.000,00 euros, nem 15.000,00 euros, nem 20.000,00 euros.

E, vou-lhe dizer uma coisa, com toda a franqueza, apesar das dificuldades de Tesouraria, das não conformidades, de direito a crítica, que é legítimo, eu prefiro ter as ETAR,s todas em construção em Nelas e ter o Herman José por 7.000,00 euros, do que ter 150.000,00 euros de Artistas, como no Carregal do Sal e não ter ETAR nenhuma em construção.

É uma escolha e acho que em Nelas também merecem ter um artista, também merecem ter Festas do Município. Essa visão miserabilista de que nem o Herman José as pessoas de Nelas e do Concelho podem ter, só pode ser de alguém que está habituado a ver os Artistas todos em Lisboa, ou no Porto.

E, portanto, escusa de vir para aqui com a história do Herman José e de não sei quê, porque foram 7.000,00 euros, E correram muito bem as Festas do Município, porque isto é uma terra de trabalho, muita gente que trabalha e de que as pessoas têm orgulho. Não é nenhum caixote do lixo, nem ninguém tem vergonha de viver no Concelho de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, passamos à Ordem do Dia com a informação do Senhor Presidente da Câmara.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 13 de abril de 2019 até à data de 19 de junho de 2019, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Arranjos em vários cemitérios do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Validação da informação do cadastro informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;
- Continuação das obras da Etar III de Nelas;
- Continuação das obras do Sistema Intercetor, designadamente:
 - Repavimentação de vários troços que tinham sido alvo de intervenção na sequência desta obra;
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1A (Póvoa da Roçada);
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1 (antiga ETAR de Nelas 1);
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Norte 1 (na ZI, no terreno em frente à cooperativa dos olivicultores);
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Norte 2 (na ZI, no terreno perto da subestação da EDP);
 - Construção da Estação Elevatória EEAR Sul (no terreno em frente à Borgstena);
 - Continuação da abertura das valas para colocação da tubagem, nomeadamente na zona da Longra (estrada velha para Carvalhal Redondo)
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Santar I;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Santar II;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Moreira;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR da Lapa do Lobo;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo;
- Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Vilar Seco;
- Prolongamento de ramais de água e saneamento;
- Requalificação da Rede Viária;
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
- Limpeza de estradas e bermas, ruas, caminhos rurais e florestais;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas industriais da Ribeirinha, Chão do Pisco e Z. I. I de Nelas;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas urbanas em todas as Freguesias bem como na rede viária municipal;
- Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público;
- Aquisição de terrenos para ampliação das zonas industriais do concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Continuação da requalificação da Escola do 1º CEB de Carvalho Redondo;
- Continuação da requalificação da Escola do 1º CEB de Santar;
- Diversas obras de manutenção no parque desportivo municipal;
- Apoio logístico e financeiro a todo o movimento associativo com cedência de transporte, montagem de palcos, bancas, iluminações, grades, durante os seus eventos;
- Limpeza e terraplanagem de terrenos nas Zonas Industriais para constituição de lotes;
- Obras de requalificação das linhas de água das áreas afetadas pelos incêndios florestais;
- Sistema de Abastecimento de Água de Nelas (Grande Reservatório de Nelas);
- Projecto do C.R.O. (Centro de Recolha Oficial Canil/Gatil) em fase de concurso;
- Abate de árvores em risco de queda próximo das habitações e estradas do Concelho;
- Abate de árvores na Zona Industrial da Ribeirinha, para expansão da zona industrial;
- Obras/reparação da cobertura do salão da Casa Paroquial, em Santar;
- Passeios na Av. 9 de Julho, na Lapa do Lobo;
- Candidatura PDR – Restabilização da Floresta – Estabilização de Emergência pós-incêndio;
- Diversas acções de sensibilização;
- Requalificação da Variante de Nelas;
- Obras de substituição da rede de abastecimento de água e execução da rede de drenagem de águas pluviais na Rua Dr. Eurico Amaral, em Nelas.
- Limpeza das linhas de água inseridas em área ardida dos incêndios florestais de 15 e 16 de outubro de 2017 em protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente e o Município, apoiados pelo Fundo Ambiental;
- Limpeza de terrenos junto às áreas urbanas;
- Reparação de diversos bancos de jardim, por todo o Concelho;
- Reparação e entrega de móveis a várias pessoas carenciadas do Concelho;
- Entrega de bens alimentares;
- Melhoramentos nos parques desportivos do Concelho;
- Arranjo dos passeios na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, em Nelas;
- Início da construção de muro na Avenida Viscondessa Taveiro, em Santar;
- Obras de requalificação e reparação nas Piscinas Municipais Descobertas, com vista à preparação da abertura das mesmas em condições de qualidade e segurança, para a época balnear 2019.

B) Informação sobre educação, cultura e desporto:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nomeadamente:

- Encontro de Coros na Igreja Matriz de Canas de Senhorim – Cantar Abril;
- Participação em representação do Município na FIT – Feira Ibérica de Turismo na Guarda;
- Colaboração intermunicipal com Município de Mangualde na Exposição/Conferência “Mangualde Antes do Buçaco”;
- Programação e acompanhamento de atividades da visita pelo grupo “Seniores Ativos” da Junta de Freguesia do Parque das Nações;
- Apoio logístico na Recriação Histórica da Vila de Santar – 1940;
- Participação em representação do Município na Feira de Agricultura de Santarém;
- Organização e visita guiada nos Moinhos do Rio Castelo, aos alunos do 5.º ano da Escola Fortunato de Almeida;
- Acompanhamento institucional à produção do programa realizado pela SIC, “Quem quer casar com o Agricultor”;
- Apoio e acompanhamento na recolha de conteúdos para a elaboração da reportagem da RTP, “Uma vida à Beira da Linha”, dando também destaque à requalificação do património azulejar;
- Organização da Animação de Verão nas Caldas da Felgueira (a decorrer até Setembro)
- Continuação da limpeza dos traçados e marcação dos Percursos Pedestres (Santar, Senhorim e Caldas da Felgueira);
- Acompanhamento da instalação do Centro de BTT de Nelas;
- Funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2018/2019, estando a decorrer as aulas da Escola Municipal de Natação, designadamente com natação (a partir dos três anos), hidroginástica, utilização livre (sem orientação técnica). À presente data estão inscritos 349 alunos nas aulas com orientação técnica;
- Participação da Escola Municipal de Natação em competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação: no dia 11 de maio, em Sernancelhe, no dia 18 de maio, em Resende;
- Decorreu o projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. No total estão envolvidas cerca de 314 crianças;
- Continuação das aulas no âmbito da disciplina de Atividade Física e Desportiva, inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, proporcionando aulas de Natação nas Piscinas Municipais Cobertas e Atividade Física no Pavilhão Desportivo e no Centro Escolar;
- Continuação das aulas no âmbito do protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim para o ano 2018/2019, sendo proporcionado às crianças referenciadas pela Unidade de Ensino Estruturado com Perturbações do Espectro do Autismo, a modalidade de Natação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Realização das várias fases do projeto “Andebol 4 Kids”, inserido no plano de desenvolvimento regional da Federação de Andebol de Portugal e Associação de Andebol de Viseu, com vista à promoção e desenvolvimento da modalidade;
 - Participação no Torneio Inter-concelhio, que decorreu no dia 11 de maio, em Tondela, que contou com a presença de 4 equipas do Concelho;
 - Participação no Encontro Distrital de Andebol, realizado no dia 25 de maio, em Tondela, com a participação de crianças de 20 concelhos que aderiram ao projeto “Andebol 4 Kids”;
 - No âmbito do projeto “Expressa-te e Vive”, organização de espetáculos de apresentação final no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, nas localidades de Canas de Senhorim, Aguieira, Lapa do Lobo, Vale de Madeiros, Nelas, Vilar Seco, Carvalhal Redondo e Santar;
 - Apresentação de “No Palco com O Gaspar e a Maria”, apresentação final do 1º ciclo no âmbito do programa de Empreendedorismo da CIM/VDL;
 - Final do Concurso Municipal de Ideias de Negócio, com os alunos do Agrupamento de Escolas de Nelas, no âmbito do programa de Empreendedorismo da CIM/VDL;
 - Distribuição de brindes para assinalar o Dia Mundial da Criança a todos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho de Nelas;
 - Organização de viagens dos alunos finalistas do 4º ano do 1º Ciclo, ao Jardim Zoológico de Lisboa;
 - Audição/mostra de conhecimento pelos alunos de Iniciação ao Instrumento, Iniciação Musical e Orquestra ORFF, da Escola Municipal de Musica;
 - Apresentação do Espetáculo de Dança Contemporânea “VOLTA”, no âmbito da Alto Mondego’ Rede Cultural;
 - Projeto “Voluntários de Leitura”, envolvendo alunos do 1º CEB do Concelho com manifesta necessidade de treino de leitura, a decorrer nos estabelecimentos de ensino e na Biblioteca Municipal de Nelas, aos Sábados à tarde, de acordo com a disponibilidade de voluntários;
 - Projeto “Livros Viajantes”, direcionado aos alunos do ensino pré-escolar e 1.º CEB do Concelho;
 - Colaboração da Biblioteca Municipal com a Universidade Sénior de Nelas, no Projeto “Leituras 100 Idade”, com o empréstimo de livros e dinamização de um Clube de Leitura, no âmbito da disciplina Histórias de Vida, Vidas com História”, uma vez por mês;
 - Realização de várias sessões do projecto “A Oficina do Óscar”, destinado aos alunos do ensino pré-escolar e aos seniores, um espectáculo de fusão de showcooking, animação, música, histórias e invenções, para a promoção de uma alimentação infantil saudável;
 - Exposição na Biblioteca Municipal sobre os 20 anos da revista “Presença”, de José Régio;
 - Exposição de fotografia com o tema “Crónicas à Volta do Mundo”, de Rui Daniel Silva, a decorrer na Biblioteca Municipal.
- C) Informação sobre desenvolvimento social, emprego e saúde:
Nomeadamente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Realização do 6º Seminário de Empreendedorismo, no dia 18 de junho, no Edifício Multiusos de Nelas, com o tema “Turismo e Empreendedorismo” que contou com a presença da Sra. Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho e com diversos convidados com vastos conhecimentos e experiência na área do Turismo. No seminário estiveram presentes 110 pessoas;
- Acompanhamento do lançamento da empreitada da Casa das Fidalgas, em Santar, de Pedro Mendes Leal, presidido pela Sra. Secretária de Estado, pelo Presidente do Turismo do Centro Pedro Machado e pela Presidente da Câmara Municipal de Nelas, José Borges da Silva;
- Foram realizados 8 atendimentos de caráter informativo, no âmbito do apoio técnico à criação e consolidação de projetos e ideias de negócio, nomeadamente informação sobre apoios à criação do próprio emprego e esclarecimento de dúvidas aos potenciais promotores;
- Atribuição de incentivos no âmbito do Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional do Município de Nelas, a duas entidades “ARTE DE BRINCAR” E “PASTELARIA NOZ E MEL” com aprovação de atribuição de incentivo no valor de 4.900,00 euros a cada um dos projetos, totalizando o valor de 9.800,00€;
- Execução de sessões de consultoria junto dos promotores apoiados pela Equipa de Apoio Técnica, nas áreas de Recursos Humanos, Gestão e Marketing.
- Participação em reuniões desenvolvidas no âmbito do CLDS, apoiando com informações e ideias, na construção do Plano de Atividades;
- Foram rececionadas 8 ofertas de emprego, por entidades empregadoras do concelho de Nelas e concelhos limítrofes, compreendendo 47 postos de trabalho, para as quais foram encaminhados 78 candidatos a emprego;
- Atendimento e acompanhamento de 395 candidatos que recorreram aos serviços do GIP com objectivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção) e informação sobre ofertas de emprego;
- Realização de 4 sessões coletivas de divulgação de ofertas de emprego e ofertas de formação para desempregados inscritos no Serviço de Emprego de Viseu, contando com a participação de 173 candidatos, do concelho de Nelas.
- Apoio prestado pelo Gabinete de Inserção Profissional a 24 candidatos em emprego;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Início de uma ação de formação na área de UFCD de Alemão, com 24 candidatos encaminhados para formação profissional;
- Apoio a duas empresas com informações sobre os apoios do IEFP à contratação (Estágios Profissionais, Medida Contrato-Emprego) e apoio na realização de candidaturas a estas medidas na plataforma do IEFPOne;li>
- Realização de 6 atendimentos relativos aos seguintes assuntos: pedidos de reforma de invalidez e velhice, apoio no preenchimento do Income Tax (IRS Americano) e auxílio com correspondência estrangeira.
- Participação da Universidade Sénior presente no IV Seminário Novos e Velhos da prática e da investigação, que decorreu no Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Educação (ESEV);
- Sessão de informação sobre pneumonia e gripe, realizada na sede da Universidade Sénior de Nelas, no dia 4 de abril, ministrada pelas médicas Paula Rodrigues e Rafaela Cabral, da USF Viseu-Cidade;
- Visita dos alunos da Web Rádio ao grupo renascença e ao museu da RTP, com o intuito de lhes proporcionar uma realidade diferente dos meios de comunicação existentes;
- Realização da 2.ª edição do projeto “Equipas de Páscoa, 5 jovens, 5 seniores”, o qual visa a promoção do contacto intergeracional em contextos de criatividade e inovação social, durante o período de férias, e que conta com a participação de jovens dos 10 aos 15 anos e os alunos da Universidade Sénior de Nelas;
- Participação do Coro da Universidade Sénior de Nelas, na cidade de Gouveia, a convite da Universidade Sénior daquela cidade, para celebração do seu 4º Aniversário;
- Sessão de informação sobre o tema “Crenoterapia em ORL (Otorrinolaringologia) e Pneumologia – a água que limpa, hidrata, regenera e cura”, realizada na sede da Universidade Sénior de Nelas, ministrada a médica hidrologista Maria José Mouraz (Diretora Clínica das Termas das Caldas da Felgueira) e Sara Santos (SPA Manager, coordenadora da Equipa de Técnicos Termais, Técnicos de Motricidade e de Apoio e Front Office das Termas das Caldas da Felgueira);
- Tertúlia “Crónicas à volta do mundo” com Rui Daniel da Silva, relatando as suas vivências sobre os mais de 140 países por onde já passou;
- Sessão de Informação sobre o tema “Testamento Vital”;
- Realização da 3.ª Edição Do Desfile de Moda Sénior no Mercado Municipal de Nelas e que contou com a participação de 42 seniores e 8 crianças (netos dos seniores), que foram vestidos pelas lojas do comércio local;
- Realização de Almoço convívio de final de ano, no restaurante Zé Pataco, no qual estiveram presentes alunos, monitores e executivo municipal;
- Celebração de 1 contrato de emprego inserção para apoio no Agrupamento de Escolas de Nelas, nas funções auxiliar de cuidados de criança;
- Celebração de 1 contrato de emprego inserção para apoio na Universidade Sénior de Nelas, nas funções auxiliar de serviços gerais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Celebração de 1 contrato de emprego inserção para apoio administrativo na Contabilidade;
- Organização e realização da viagem dos trabalhadores da Autarquia a Tomar, ao Convento de Cristo, a Vila Nova da Barquinha e ao Castelo de Almourol;
- Instrução de 25 processos de vincentivo à natalidade no ano de 2019, sendo que, desses, apenas um foi indeferido;
- Para assinalar o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, no dia 02 de abril o Município de Nelas iluminou o edifício dos Paços do Concelho com luzes azuis, com o intuito de sensibilizar a população para a problemática do Autismo;
- Colaboração com a CPCJ de Nelas na iniciativa anual dedicada a “Abril-Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância”, tendo sido organizado o tradicional momento simbólico do “LAÇO AZUL”;
- Colaboração na organização da Exposição do Estendal dos Direitos da Criança que esteve patente no Edifício Multiusos;
- Colaboração na organização da Ação de Sensibilização sobre a Lei Tutelar Educativa - "Com 12 a 16 anos...Será Crime?";, realizada no dia 31 de maio no Cine-Teatro de Nelas;

D) Informação do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação:

- Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas, no qual foram contabilizados com 42 pedidos de assistência informática através da plataforma de gestão de tickets (Não contabilizados os pedidos telefónicos e presenciais);
- Formação facultada a utentes da Universidade Sénior de Nelas;
- Reuniões de Projetos a decorrer, no âmbito da modernização administrativa, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- Atualização de aplicações do ERP Airc;
- Filmagens e Fotografias aéreas (Drone);
- Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
- Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático.

E) Informação sobre finanças e património municipal:

- Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de maio de 2019:
 - a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.447.111,51 €;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 1.518.220,67 €.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se o Senhor Presidente quer acrescentar mais alguma coisa, além daquilo que foi enviado por escrito?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu queria realçar o seguinte, se me permite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Eu queria realçar que esta Câmara criou um corredor de 100 metros em volta de todas as zonas industriais para não haver risco nenhum de incêndio em nenhuma fábrica das zonas industriais.

Vai ver Senhor deputado Rui Costa, vou levá-lo às obras da ETAR de Nelas III, às obras do Sistema Intercetor, das ETAR,s todas. Vou levá-lo às Escolas Primárias, como já lhe referi. Vou levá-lo à limpeza e requalificação de linhas de água afetadas por incêndios, que a empreitada já foi feita. Vou levá-lo por todo o Concelho onde foram cortados milhares de árvores em risco de queda para a via pública. Foi a Câmara que o fez nos últimos meses, árvores ardidadas.

Não vê, em Concelho nenhum, não vê, em Concelho nenhum, digo-lhe eu, no perímetro dos fogos de 15 e 16 de outubro, situação equivalente. Ainda há coisas para fazer no Concelho de Nelas, mas não vê, com o grande empenhamento dos Trabalhadores da Câmara, em Concelho nenhum. Convido-o a ir ver, cortámos milhares de árvores que estavam em risco de queda para a via pública em todas as Freguesias onde decorreram os fogos. E isso continua e deve ser enaltecido, por parte dos Trabalhadores.

A Rua Dr. Eurico Amaral continua em obras. Acho inacreditável. Numa altura em que um empresário, um investidor de Lisboa vai requalificar uma casa do Século XVII, em Santar, para Hotel de Charme, de 5 Estrelas, onde vai investir 4 milhões de euros, o que se fala aqui é lixo. E o empresário, que é o dono do Hotel Valverde, na Avenida da Liberdade, é estúpido. E quem disse isto é a pessoa inteligente porque está a chamar estúpido a um homem que teve um incentivo financeiro de 1.900.000,00 euros e ele está a pôr o resto para requalificar uma casa para um Hotel de 21 quartos em Santar. Mas o homem é estúpido, não o devia ter feito, porque, nós, em Nelas, é só lixo. E isto é que devia, e isto, com o devido respeito, é que devia ser enaltecido.

E isto é que devia, desculpem, porque há pessoas a trabalhar na Câmara e no Concelho. Isto é que devia ser enaltecido e a acreditarem no Concelho e devia ser elogiado. Mas não. É porque o Senhor não está cá. Coisas como o Expressa-te e Vive, organizado em todas as Freguesias pela Câmara Municipal, pelos Serviços da Educação da Câmara, com o envolvimento dos Pais, das Escolas, das Comunidades. Devia ser enaltecida a Volta que houve aqui na Praça do Município, com os nossos Ranchos Folclóricos, na Rede Cultural do Alto Mondego. Não é dos Hermans, não, a Volta, os Ranchos Folclóricos. Mas, claro, não está cá, não pode ver o espetáculo, não é? Só lê o que está na blogosfera, só vê o que está na blogosfera. Qual demagogia.

E há muita gente a realizar iniciativas desportivas, como a Dão Nelas, com centenas de Atletas, dois fins-de-semana seguidos. Há pessoas, bairros inteiros, o Paço, o Rossio, o Bairro da Igreja, o Cimo do Povo, a fazer marchas, o Canas em Movimento, as Festas do Município, marchas na Lapa do Lobo. Não temos vergonha do Concelho, com o devido respeito. Não devemos ter vergonha do Concelho. Há pessoas a fazer iniciativas, como o Contrato Local de Desenvolvimento Social, que vai começar em outubro com 520.000,00 euros de apoio para iniciativas sociais em todos os capítulos, do emprego à exclusão, ao envelhecimento.

Portanto, eu recuso. Só estou a dizer isto com esta veemência, com o devido respeito também, com esta veemência da informação do trabalho, naturalmente, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

muita omissão, muita falha. Mas, enquanto eu continuar a ter orgulho em trabalhar e a fazer obra e a deixar obras, acho que só posso repudiar manifestações de radicalismo negativo contra a atividade de quem, efetivamente, quer na Câmara, com Autarcas, com Trabalhadores, quer nas Associações, Movimento Associativo, quer nas Empresas, todos os dias se esforçam por ter orgulho no Município de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Não sei se alguém quer pedir mais algum esclarecimento ao Senhor Presidente? E, atenção que são pedidos de esclarecimento, não são comentários. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Desde já, Senhor Presidente da Câmara, agradeço o seu convite para a visita de amanhã.

De qualquer forma, é assim: o Senhor sabe aquilo que disse aqui? Sabe que é uma obrigação estatal limpar os terrenos das vias concelhias? Portanto, o Senhor não está a fazer mais do que a sua obrigação. E depois, é assim: eu também o convido depois a ir a outros Concelhos que, realmente, estão melhor, estão mais limpos que se calhar o nosso Concelho, infelizmente Senhor Presidente.

Temos que informar a Assembleia que o Senhor não fez mais do que a sua obrigação, de limpar aquilo que, realmente, deve fazer. É sua obrigação.

E, agradeço ter feito. Se calhar, não completou tudo. É, humanamente, impossível. Eu também sei. Realmente, as empresas estão a top, nesse sentido. Eu percebo. Agora, vir aqui puxar de galões, que limpou. Não, mas limpou, como tinha que limpar. Como tem que recolher o lixo. Não é nada de mais.

Agora, é assim: esclarecimentos. Realmente é complicado. Em 2013 havia um passivo ambiental nos Fornos. Sim Senhor. E, o Senhor Presidente da Câmara teve a coragem de informar esta Assembleia que no dia 09 de junho de 2017, muito antes de pôr a placa que queria comprar, que comprou a Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, tinha uma informação a dizer que a remoção dos resíduos era a cargo da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, desculpe, mas isto foi tratado no ponto anterior. Neste momento o ponto que está aberto e que eu lhe dei a palavra é para pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara e não estar a fazer uma retrospectiva daquilo que se passou no ponto anterior. Senão, nunca mais daqui saímos.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Eu só quero relembrar que o Senhor Presidente disse aqui nesta sala que estava informado no dia 09 de junho de 2017 que a remoção dos resíduos seria a cargo da Câmara Municipal de Nelas. Foi assim que ele disse. E, mesmo assim, compra, ou diz que compra os terrenos. E, depois, diz que a Câmara Municipal de Nelas não tem interesse na Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, à posteriori.

Ou seja, é só para esclarecer aquilo que foi dito aqui hoje. O Senhor Presidente diz que sabe. Entretanto, compra, ou diz que compra, falseando a compra. E depois diz que não tem interesse nenhum. Que fique bem claro, aquilo que foi dito a todo o Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor. Fazia-lhe o mesmo pedido que fiz ao Senhor Deputado Rui Costa, para ver se passamos à frente.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, tentando ser breve. A primeira coisa, eu queria, com a sua mediação, dado que foi insinuado que há pessoas que veem espectáculos em Lisboa e no Porto, eu gostaria, Senhor Presidente da Assembleia, que solicitasse ao Senhor Presidente da Câmara que nos desse e já foi pedido em reunião de Câmara, a relação das viagens do veículo ao serviço do Senhor Presidente, para nós também termos a noção, em termos de deslocações, onde é que, de facto, o Senhor Presidente anda porque, se calhar, até pode ir a mais localidades que os visados aqui nesta informação. Isto, para mim, é importante e acho que já foi pedido pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques numa reunião de Câmara.

Por outro lado, eu queria deixar aqui uma nota, que era o seguinte: Senhor Presidente, se me permite, Senhor Presidente da Assembleia, eu acho, extremamente, discutível que o Senhor Presidente da Câmara tenha aqui um registo em lupe de que fala-se uma coisa no Período Antes da Ordem do Dia e o Senhor Presidente da Câmara vai picando à medida dos temas, de acordo com o que lhe convém.

Quem esteve nesta sala sabe, perfeitamente, o que é que eu disse. E, de facto, como disse o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, felizmente, isso saiu-lhe muito bem, criticar o Presidente da Câmara não é criticar o Município.

Pai, mãe, avós de parte a parte, a minha família paga aqui o seu IMI. Tenho o direito a estar aqui. Tenho o direito a questionar a sua atividade. Não lhe admito isso, sabe, não lhe admito isso. O Senhor está-se a elevar a um estatuto que, se calhar, não tem. Há pessoas aqui nesta sala e o Senhor não tem direito de me criticar onde eu ganho o pão. Já teve essa insinuação várias vezes e eu não lha vou permitir mais. Não lha vou permitir mais porque vou engrossar também e não vai gostar do que eu vou dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Quanto ao pedido que fez, não é competência desta Assembleia verificar as viagens do Senhor Presidente. Senhora Deputada Maria João, faça favor. Agradecia que não completasse mais de 3 minutos.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

O que eu vinha aqui dizer era, alias, pedir esclarecimento. Falámos aqui das obras e falámos aí de circular pela Vila. Eu gostaria de saber qual a razão, qual o motivo de a Rua Dr. Eurico Amaral ainda estar num estado que não está, propriamente, circulável, ou nas melhores, ou nas devidas condições de circulação. O que é que leva a tanto tempo?

Depois, em relação ao que foi já falado aqui, aos parques infantis. Ok, que já vão ser três remodelados. Mas há muito por fazer. E, se calhar, noutras Freguesias haverá coisas a fazer que não carecem de muito dinheiro. Se calhar, pelos próprios Operadores da Câmara poderiam resolver as situações, porque alguns, trata-se, inclusivamente, de falta de limpeza. Como é que se justifica também estar-se 9 meses, a caminho de 10, não sei quantos mais ainda, um parque encerrado? Infantil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ainda por cima junto a uma Escola. Esses esclarecimentos, gostaria, de facto, de ver aqui feitos, por favor.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Uma vez que não há mais ninguém inscrito, Senhor Presidente, quer responder, sucintamente, às questões que foram colocadas? Acho que foi só uma agora, porque as outras não foram questões.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Relativamente a essa questão dos parques infantis já referenciei. Portanto, estão em curso, agora em finalização os procedimentos relativamente à concretização de um investimento de 68.000,00 euros. Proximamente, vai ser realizado.

Eu, relativamente à utilização do carro, por parte da Câmara, que já foi levantada a questão, eu não tenho nada a temer porque se quiserem fazer algum requerimento, alguma participação ao Ministério Público, à Inspeção-Geral de Finanças, relativamente à utilização por parte do Responsável máximo da Proteção Civil do Concelho, que é o Presidente da Câmara, de uma viatura municipal, que é aquele carro com que eu, habitualmente, costumo andar, quando estou aqui, quando não estou de férias e mesmo nos fins-de-semana em que estou aqui em Nelas e acorro às Zonas Industriais e estou sempre na utilização para tudo o que é necessário.

Portanto, façam o favor de participar às Entidades competentes. Portanto, não se trata, como em muitas situações, de abusos de utilização particular da viatura. Agora, se quiserem, em vez de insinuar, façam uma participação à Inspeção-Geral de Finanças para averiguar essa situação. Agora, não me obriguem a trazer para aqui as Vias Verdes e etc. E, portanto, digam, perfeitamente, o que é que querem.

Eu vou dizer também uma outra coisa, que é uma informação do Presidente de Câmara e acho que todos precisamos de saber. Vai acontecer até outubro, um investimento, no Concelho, para reparação de danos em infraestruturas municipais. Algumas das infraestruturas municipais, danificadas pelos fogos de 2017, 15 e 16 de outubro, que é reparação, é a repavimentação de estradas. É a pavimentação de troços de estradas: Vale de Madeiros – Caldas da Felgueira; Agueira – Pisão; Pisão – Cruzamento da Pedra Cavaleira; Zona Industrial – Vila; Rotunda da Zona Industrial – Vila; Cagunça – Zona Industrial; Fundo da Igreja até às Carvalhas; do alto das Carvalhas até Vila Ruiva e um troço entre as Carvalhas e São João do Monte.

Isto veio aprovado pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia. O Presidente de Câmara, a quem cabe fazer a candidatura, candidatou em setembro. Lançou o procedimento em dezembro. Veio agora aprovado para se fazer essa intervenção. Apesar de todo o barulho e a acusação de fraude que foi feita ao Presidente de Câmara e que o Presidente de Câmara deu explicações à Autoridade de Gestão, em Lisboa, com fotografias do pavimento, da rede viária, com fotografias dos fogos, fui acusado de fraude e os Vereadores do PSD e do CDS votaram contra a abertura do procedimento para se fazer a requalificação, a requalificação da rede viária do Concelho afetada pelos incêndios.

Sendo que Oliveira do Hospital tem um milhão de euros para requalificação da rede viária; Santa Comba Dão, dois milhões de euros; Tondela, quatro milhões de euros. E querem censurar o Presidente de Câmara pelo problema dos Fornos Elétricos e depois, numa coisa tão simples como o Presidente de Câmara ver uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

janela de oportunidade para reparar infraestruturas degradadas, como as estradas, que foram sujeitas a 600, ou 800 graus célsios, para que a obra não se faça, votaram contra e acusaram o Presidente da Câmara de fraude na obtenção de subsídios.

Fizeram, inclusivé, comunicados a acusar o Presidente de Câmara por fraude na obtenção de subsídios. O que quer dizer que essas obras, contra a vontade do PSD e do CDS, vão avançar até outubro. A requalificação da rede viária, a proteção lateral das estradas e outras infraestruturas, apesar, que fique histórico, trago-vos a ata da reunião de Câmara, ou, aliás, ela está disponível, é a ata do dia 26 de dezembro e as atas subsequentes das reuniões de Câmara.

E, por isso, essas obras, é outra informação, um dia destes, agosto, ou setembro, precisa do Visto do Tribunal de Contas, vão ver infraestruturas municipais, particularmente, rede viária afetada pelos incêndios, requalificada, contra, inacreditavelmente, o voto contra e a denúncia de fraude por parte de Vereadores da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- É tudo verdade o que eu disse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral, faça favor de usar da palavra.

O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhora e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal,

Distinto Público.

Obrigado por me ter concedido a palavra, Senhor Presidente.

E a defesa da honra não tem aqui nenhuma questão transcendental. É só para repor uma coisa. Eu nunca acusei o Senhor Presidente de Câmara de fraude. Que fique bem claro. Não é verdade. Se isso foi, quando fala, não generalize. Identifique as coisas como são. Não meta tudo no mesmo saco porque eu não fiz isso. Esta é a primeira.

Segunda, as atas estão públicas. Podem-nas consultar como estão. A minha declaração de voto está bem clara. O Senhor Presidente de Câmara achou o assunto tão pertinente que não esteve presente na reunião para discutir este assunto. E foi por essa razão que nós falámos. Só isso, Senhor Presidente da Câmara.

Está lá bem explícito na ata o motivo. E está bem explícito que não é sobre as obras. E tanto assim não é que o Senhor enviou a conversa porque veio, outra vez, a votação, desta vez, o Senhor explicou tudo e foi aprovado nesta última reunião, ontem, por unanimidade.

Para repor as coisas, não é verdade, porque se fosse verdade o que está a dizer, os Vereadores que estão sempre contra, como o Senhor diz, teriam votado outra vez contra e não votaram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente da Câmara, deixe-me fazer-lhe só uma pergunta e vou-me sentar. Acusei-o de fraude, eu?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não.

O Senhor Vereador Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Pronto. Era o que eu estava a dizer, o Senhor generalizou e eu vim cá defender a minha honra. Pronto, era isso que eu estava a dizer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Vereador. Portanto, reposta a verdade, o Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral não acusou o Senhor Presidente da Câmara de fraude. Portanto, houve um lapso da parte do mesmo. Foi reconhecido.

Chegámos assim ao fim da Informação do Senhor Presidente da Câmara e passamos aos pontos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5, que são todos sobre transferência de competências para o Município de Nelas.

E, portanto, a Câmara decidiu e aprovou propor à Assembleia que não aceite as competências destes quatro Decretos para 2019. É no que estamos a falar, 2.2, que é Educação; 2.3, que é Saúde; 2.4, que é Transportes de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros e 2.5, que é áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico.

Portanto, eu pedia, se alguém quiser intervir nestes pontos, se for possível, que o faça na generalidade destes quatro Decretos, para não estarmos a repetir-nos constantemente.

Se entenderem que querem fazer um por um, também estou disponível. Portanto, quem quer usar da palavra neste ponto?

Manuel Henriques? Faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Eu gostava de ter uma explicação do Senhor Presidente da Câmara relativamente à não-aceitação. Acho que era mais fácil. Global. Não sei o que é que os Senhores Deputados acham.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, quer dar uma explicação global do que a Câmara decidiu? Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, Senhor Presidente, eu remeto para os documentos que foram distribuídos para os Membros da Assembleia Municipal. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Portanto, de facto, foram enviados a todos as propostas de deliberação que focam isto. É a Saúde e a Educação. Como damos conta, é fácil. Não estão salvaguardadas as obras de requalificação dos edifícios, nem das Escolas, nem do Centro de Saúde. Portanto, o que é um encargo bastante avultado.

Portanto, vamos ao ponto 2.2 – Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março) - Produção de efeitos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente.

Pronto, lamento que o Senhor Presidente, ao contrário e contraditoriamente com o que faz nos outros, não tenha vindo falar um pouco nestes assuntos. Mas eu vou colocar uma questão evidente para toda a gente aqui. O nosso amigo Luis Manuel Abrantes Pinheiro, pessoa que há muitos anos está a fazer um belíssimo trabalho na Escola que dirige, juntamente com o Professor Cunha e os resultados falam por si, tem os meus cumprimentos por isso, foi, digamos, requisitado, inicialmente, para a Câmara Municipal. Na altura, o Presidente de Câmara até afirmou aqui e nunca o contrariou, que não representaria nenhum custo para o Município, dado que, no fundo, o Ministério da Educação iria suportar o vencimento do Senhor Professor Luis Pinheiro, que, certamente o merece, não tenho a mínima dúvida.

Mas, entretanto, eu questiono, é que política é que temos aqui, porque, na verdade atendendo a que vamos recusar sistematicamente a transferência de competências nesta área e, entretanto já temos se não me falha a memória, três assalariados políticos diretos, não eleitos, a trabalhar na Câmara Municipal, eu gostava que me esclarecesse, efetivamente, se o Senhor Presidente, de alguma forma, se arrepende desta nomeação. Mas, gostava que nos dissesse se é para manter, se não é para manter, já que isto representa um custo que daria, por exemplo e desculpem o miserabilismo, para liquidar contas com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa? Professor Luís? Muito breve, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- A posição do Presidente da Câmara e da Câmara, que foi aprovado por unanimidade, é a que consta dos documentos que foram distribuídos aos Membros da Assembleia Municipal. Tem que se pronunciar, relativamente à Educação, até 30 de junho e depois têm que renovar, neste período transitório, a aceitação das competências, ou não, até 30 de setembro. Nessa altura optará também, discutirá a matéria em Assembleia e optará também, sendo certo que no dia 1 de janeiro de 2021 a competência é, obrigatoriamente, transferida para o Município.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Deputado Luis Pinheiro, faça favor.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Professor Luís Manuel Abrantes Pinheiro:

- Muito obrigado,

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Senhor Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhoras Secretárias,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Estimado Público que está aqui.

Eu vim para esta Câmara com a dignidade que sempre tive e que vou continuar a ter. Trabalhar cada vez mais e melhor para dignificar o sítio onde estou.

Agora é na Câmara, a minha camisola é esta. E, Educação, vão-me perdoar, tirando a Dr.^a Alexandra, ninguém estará em condições de dizer aquilo que disse aqui para esta ilustre plateia.

Amigo Manuel, somos amigos, naturalmente e continuaremos a ser, foi um trabalho exaustivo de meses que tive. Nas duas Escolas, nos levantamentos das Escolas, dos problemas das Escolas, que foi muito grave e aquilo que o Governo está a dar às Câmaras Municipais é um presente, completamente, envenenado, dos quais o Senhor não estará à altura para discutir isto.

Sabe o que é o ASE? Ação Social Escolar, que passa, diretamente, para as Câmaras, ficando os Funcionários do ASE ligados às Escolas. Os Funcionários, Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, ficam ligados às Escolas de origem sem sequer lhes poderem tocar quando são Funcionários da Câmara. Qualquer processo disciplinar que haja, ou qualquer transição, a Câmara não pode tocar naquilo.

Depois, Escolas com trinta e tal anos, 40 anos, de degradação completa, a Câmara ficaria, acham correto a Câmara ficar com este passivo? Porque depois as coisas não são iguais. Uma coisa é nós, e eu já estive daquele lado, pedir ao Ministério, nós queremos isto, queremos aquilo e eles mandam-nos dar uma curva.

Outra coisa é os Diretores, é as Escolas, é os Pais, a pedirem à Câmara, de uma outra forma, menos correta, que querem as janelas duplas, querem os vidros não sei das quantas, a Câmara não está preparada para isso. E, portanto, o meu trabalho, amigo, estou a ganhar menos 70,00 euros do que o que ganhava na Escola porque deixei de ter a subvenção de Subdirector e quero que saibam isso e que fique bem explícito.

Não estou aqui a explorar a Câmara, absolutamente em nada. Ando com o meu carro. Entendem-me. Pagam-me os quilómetros quando saio daqui. Têm que os pagar, naturalmente, se for a Coimbra, ou a Lisboa, ou onde quer que seja. Mas não são muitos, podem ir ver, não tem problema nenhum.

Não tenho nada a esconder. Estou aqui porque fui convidado. Estou em mobilidade. Sou Funcionário da Escola. Estou em mobilidade na Câmara Municipal até quando o Senhor Presidente da Câmara assim o entender. E estarei com lealdade. E estarei com honestidade. E podem crer que aquilo que estamos a votar agora, que é contra estas competências é o melhor, é a única forma que a Câmara tem de o fazer.

E tenho muita pena, se até 2021, depois de tudo o que discutimos no Ministério da Educação e de tudo aquilo que explicámos, tenho muita pena que até 2021 o Ministério da Educação não recue porque vai deitar as Câmaras, completamente, abaixo. Vai arrasá-las.

Uma Câmara como Nelas, com dois Agrupamentos e com dois Centros de Saúde, fica arrasada completamente no seu Orçamento. Eu tenho a certeza do que estou a dizer porque fiz o levantamento dos dois lados. Tenho os papéis. Posso-os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

mostrar. E tem que haver aqui verdade. E quando se vem falar em pessoas eu não quero voltar atrás porque o Senhor Presidente é muito bem, não o permite. Aquilo que eu vi aqui é lastimoso porque, efetivamente, é uma ignorância total sobre o assunto.

Tenho pena, mas eu vou continuar a trabalhar enquanto o Senhor Presidente assim o entender, honestamente, com dignidade e para o bem do Concelho e para o bem das finanças da Câmara.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Quer usar da palavra? Sim.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente,

Caro Amigo Luís.

Venho só aqui dar uma nota importante, só para um esclarecimento.

Nalgumas Assembleias, não estiveste e é, por isso, também que fizeste a intervenção que fizeste. Eu fui a primeira pessoa nesta Assembleia a apresentar uma moção para a Câmara Municipal não aceitar a transmissão de competências por falta de informação e falta de financiamento.

Na altura, os restantes Deputados aqui, pessoas mais confiantes do que eu, sensibilizaram-me para retirar a proposta aguardando desenvolvimentos legislativos.

Por isso, em resposta á tua pergunta, sou a última pessoa aqui que podes dizer que não se preocupou, que não sabe. Não, fui o primeiro a apresentar uma moção de rejeição.

Em segundo lugar, no meu ponto de vista pessoal, sou contra a transferência das competências para os Municípios. Sou absolutamente contra.

E, em terceiro lugar, a questão levantou-se e coloquei a questão porque, infelizmente, o Senhor Presidente da Câmara não quis dar uma explicação mais técnica para os Deputados. Infelizmente, ou felizmente, a minha vida não me permite estudar, exaustivamente, antes da Assembleia Municipal todos os dossiês e, haverá alguns, com modéstia, que eu estou menos preparado.

Por último, Luís, vamos ser corretos. É pá, não sei se estás assim muito à vontade para essas críticas contundentes sobre o que é que se fala e o que é que se diz sobre as pessoas que intervêm. Todos nós temos um passado político. Tu tens um passado político muito grande, é pá, e eu, por acaso, não queria entrar por aí, mas acho que deves ser reservado nesses comentários sobre a contundência das intervenções.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Eu, se calhar, não percebi bem a primeira intervenção do Senhor Deputado Manuel Henriques, mas quis-me parecer que queria uma justificação para a presença, ou a sua contratação, para a Câmara, na medida em que a justificação dada foi, de facto, esta delegação de competências que não está a acontecer e que agora a própria Câmara está a recusar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Pareceu-me que foi isso que pretendia. Não foi isso que foi justificado. Não desfazendo, obviamente, que não o poderia fazer das suas competências enquanto Professor. Não o faço. Não conheço o trabalho. Não duvido. Mas ouço falar e daquilo que ouço falar e acredito. Mas não é isso que está em causa.

Agora, também devo dizer que não é preciso ser Professor, ou estar no meio da Educação, ou estar no meio da Saúde para perceber que não se pode aprovar uma coisa destas, para perceber que, efetivamente, isto é mais um malabarismo político a que o PS nos tem habituado e agora a nível central.

Acho que isso toda a gente percebe sem precisar de estar no meio. É óbvio que não se pode fazer transferências sem meios, sem os recursos humanos, sem recursos financeiros. E, isto é uma forma, sim, de desresponsabilização.

E, concordo, e espero mesmo que nunca se faça. Mas, pelos vistos, isto também, peço desculpa pelo termo e peço desculpa a toda a gente nesta Assembleia, mas isto é uma palhaçada porque o que aí é dito é que em 2021 vamos ter todos que aceitar.

Então, para que é que andamos aqui a gastar dinheiro, tempo, Assembleias Extraordinárias, ainda bem que esta não o é, aproveitou-se uma Ordinária para uma situação destas, que isto não tem ponta por onde se lhe pegue. Peço desculpa pelo termo.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Dr. Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Boas noites.

Cumprimento a Mesa,
o Senhor Presidente da Assembleia,
o Senhor Presidente da Câmara,
os Senhores Vereadores,
os Membros da Assembleia,
o Público.

Só para dizer uma coisa: até ao lavar dos cestos é vindima. Eu não acredito. Eu não acredito, eu não acredito que em 2021 isto fique assim, se as coisas se mantiverem.

Portanto, isso ia dar muita bulha e vamos ver, exatamente. Portanto, porque o Governo diz que é para 2021, sim, vamos ver.

Portanto, é só para dizer isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, muito obrigado. Uma vez que não há mais ninguém inscrito, eu vou pôr à votação o ponto 2.2 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março) - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota a favor a transferência para o Município? Ninguém. Quem se abstêm? Ninguém. Recusado, por unanimidade, com 0 votos a favor, 0 abstenções e 26 votos contra. Por unanimidade. Minuta, faz favor. Agora, vamos votar um por um, que é para ficar em minuta. Senão, não dá. Vá. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março) - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2019, tendo sido recusado, com 0 votos a favor, 26 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.3 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 28.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação.

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota a favor da transferência de competências para o Município? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Recusado, com 26 votos contra, 0 votos a favor e 0 abstenções. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 28.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2019, tendo sido recusado, com 0 votos a favor, 26 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 12.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação.

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota a favor da transferência de competências para o Município? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Portanto, foi recusado com 0 votos a favor, 26 votos contra e 0 abstenções. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2019, tendo sido recusado, com 0 votos a favor, 26 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.5 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação.

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota a favor da transferência de competências? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Portanto, foi recusado com 26 votos contra, 0 votos a favor e 0 abstenções. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2019 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2019, tendo sido recusado, com 0 votos a favor, 26 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Portanto, chegámos ao fim de quatro transferências para o Município de Nelas. Agora, os três pontos seguintes são transferências de competências para a CIM Viseu Dão Lafões. Portanto, entidades intermunicipais.

A CIM quer aceitar as competências porque já está a desenvolvê-las na maioria dos casos. E, portanto, pede para nós darmos o acordo prévio, que tem que ser comum a todos os 14 Concelhos da CIM Viseu Dão Lafões. Portanto, para facilitar, agora vou perguntar quem vota contra.

O ponto 2.6 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota contra a transferência para a CIM? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Portanto, foi dado o pré-acordo, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da educação, relativamente ao ano de 2019, tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.7 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 26.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para a CIM, tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade. Minuta

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 26.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Acordo prévio - Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, relativamente ao ano de 2019, tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.8 – Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 8.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Acordo prévio – Discussão e Deliberação;

Vou pôr à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 8.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Acordo prévio – Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competência para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, relativamente ao ano de 2019, tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Portanto, chegámos assim ao fim das transferências de competências e passamos ao ponto 2.9 – Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente, quer introduzir o ponto? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Com sua licença. Sem prejuízo duma atualização do Regulamento de Trânsito geral, que tem sofrido ao longo dos últimos anos muitas alterações e que será, proximamente, submetido à Câmara e à Assembleia, há urgência neste aditamento ao Regulamento de Trânsito que tem a ver com o local de reserva de lugares para mobilidade reduzida junto ao Centro Escolar de Nelas.

E, também, a ocupação de dois lugares de espaços públicos, destinados a uma Escola de Condução que abriu na Av. ^a António Joaquim Henriques.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos continuar com o ponto 2.9 - Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas.

E, pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 – Aprovação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas, foi posto à discussão e deliberação, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.10 e último da Ordem de Trabalhos – Aprovação da revisão ao Orçamento Municipal, n.º 1 e às Grandes Opções do Plano n.º 1, do ano de 2019.

Senhor Presidente, quer introduzir este ponto? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado. Portanto, aquando da aprovação da Conta de Gerência do ano de 2018, resulta da mesma, em termos orçamentais, um saldo de 1.035.462,06 euros. Portanto, é a introdução desse saldo no Orçamento, através desta revisão.

E, quer, nas rubricas da despesa, com reforço do que está evidenciado aí, naturalmente. Muitos destes reforços até são justificados pelo trânsito de compromissos da Câmara, que não conseguiram ser liquidados durante o ano, no exercício de 2018, particularmente, dos últimos meses, novembro e dezembro e transitaram para este ano e, portanto, houve necessidade de fazer reforços.

E estão aí, também, devidamente, no Orçamento, identificadas todas as rubricas orçamentais onde houve reforços e diminuições e, têm, depois, o reflexo nas Grandes Opções do Plano, em termos de rubricas.

Estarei, naturalmente, ao dispor dos Membros da Assembleia Municipal para o esclarecimento de alguma matéria que mereça esse esclarecimento. Há aqui esta questão de Outros trabalhos especializados, que tem um reforço de 140.000,00 euros.

Ora, esses Outros trabalhos especializados, que é a rubrica 0102020220, tem a contrapartida nas GOP,s, logo na página 2, no topo da página, com o reforço de Recolha e tratamento de RSU. Portanto, é necessário, são considerados, em termos orçamentais. Outros trabalhos especializados, e há aqui um reforço de 140.000,00 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois, há também: “Outros”, que é 50.000,00 euros. Os “Outros” estão devidamente identificados nas outras rubricas. Mas, há aqui “Outros”, que é na página 3, das Modificações ao Orçamento, do lado da despesa, 55.000,00 euros, que tem a ver também na página 2, das GOP,s, 50.000,00 euros em reforço em Parques de Feiras e Exposições, portanto, gastos em melhorias de Feiras e Exposições, de 50.000,00 euros.

Creio que, por via da receita e despesa e depois, por via das GOP,s, onde todas as ações têm uma rubrica, está cá, devidamente identificado, em matéria orçamental, onde é que o saldo está a ser introduzido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhora Deputada Maria João, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Feitos os esclarecimentos pelo Senhor Presidente, relativamente às Feiras e Exposições, falamos, exatamente de quê? Se fosse possível esclarecer melhor de que é que se tratou, ou de que é que se irá tratar.

Relativamente à água, fala-se aqui, estamos a falar de mais de cerca de 40%, água, peço desculpa, Sistemas de drenagem de águas residuais – Estações de tratamento de águas residuais, ao todo, cerca de esta é insignificante, mas a de cima é mais de 40%. Gostaríamos de ver isto melhor esclarecido.

Depois, em relação à água, sim, em relação ao consumo, falamos de mais de 33% e aqui também, o que é que levou a este aumento. Aproveitando, também para pedir um esclarecimento de qual o ponto de situação do depósito da água.

Já agora, em relação a transportes, que aí é significativo, falamos de mais de 50% também, exatamente, o quê, o que é que leva a este aumento.

O resto já esclareceu. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- As rubricas todas que a Senhora Deputada Maria João colocou são relativas a obras. E, portanto, Parque de Feiras e Exposições é relativamente a um projeto que existe de melhoria da Feira Mensal de Nelas, de investimentos, que até resultam de um empréstimo, que ainda não está gasto do ano passado, ainda não foi mobilizado.

Relativamente à água, as faturas da água, estava a haver uma décalage entre o fornecimento de água e a faturação da água e nos meses de janeiro, fevereiro e março, caem sempre muitas faturas da água, que depois, em termos contabilísticos, têm que se pagar neste exercício, mas são reportadas ao exercício anterior. Portanto, tem que haver, este ano, um reforço, porque o cálculo orçamental que foi feito foi apenas para 12 meses e não mais, das faturas relativas ao ano anterior.

Relativamente ao depósito da água, a construção do depósito, do reservatório de 4.000 m³, já tem Visto favorável do Tribunal de Contas. Está pronta para fazer a consignação da obra, iniciar-se a obra. Falámos com o empreiteiro. Tem financiamento assegurado do BEI, que foi aprovado também.

E, a obra tem um prazo de execução de um ano. O empreiteiro, entre julho e setembro, inicia, efetivamente, a obra. Portanto, agora, estão a preparar os trabalhos, fazer já a obra, o reservatório de 4.000 m³. Portanto, a expectativa que temos, numa reunião que houve com o empreiteiro, no espaço, lá em cima, junto à penúltima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

rotunda, antes da rotunda da saída para Mangualde, do lado esquerdo, é a construção do reservatório, e ele estar pronto no final do verão do ano que vem.

E, portanto, estão todas as condições criadas para que esse reservatório esteja construído de setembro que vem a um ano, de setembro, outubro. Pronto, os empreiteiros, mas é isso que está, em termos, estão todas as condições criadas para que isso avance já em setembro.

E qual é a rubrica? No Orçamento, qual é a rubrica? 0102 020210. Já sei. Eu estava aqui a ver nas GOP,s se encontrava a rubrica que justifique esse reforço de 75%, porque há-de estar lá uma ação com o mesmo número. Há de estar aqui uma ação com o mesmo número equivalente a esta rubrica dos Transportes. Era isso que eu estava à procura.

Ora, Transportes, é 0102 020210, Transportes Escolares. Está aqui na página 1 de 2, aí a ¾ da folha, diz: Transportes Escolares. Portanto, está aqui a necessidade de um reforço de 75.000,00 euros.

Vamos lá ver, vamos ver, passa para financiamento definido 220.000,00 euros. Também não saiu nada do financiamento não definido. É porque houve necessidade de um reforço da rubrica também. Pronto. Não sei concretizar porquê. Admito que seja também alguma faturação de novembro, dezembro, em que tenha passado para isto. Mas, portanto, é uma necessidade dos Serviços, que foi apurada que seria necessário.

Dizer-vos também já, um esclarecimento, aproveito esta oportunidade para dizer que é muito provável, ainda não está ainda fixado, mas é muito provável que haja uma Assembleia Municipal Extraordinária em julho porque, como se recordam, a Assembleia Municipal aprovou a delegação de competências municipais como Autoridade de Transportes na Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

E, nos termos da Lei, dessa lei, cabe à Autoridade de Transportes fazer um concurso público internacional para toda a rede de transportes para todos os Municípios, excluindo aqueles que já têm rede de transportes autónomos, como é o caso de Viseu. Portanto, na primeira semana de julho vai ser aprovado, ou discutido e previsionalmente aprovado o concurso público, que será lançado, que depois tem que ser aprovado em todas as Câmaras e em todas as Assembleias Municipais e que tem que, previsionalmente, também de acordo com a Lei, entrar em vigor já este ano.

Portanto, é natural, que haja uma Assembleia Municipal Extraordinária com esse objetivo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma vez que não está mais ninguém inscrito, vou pôr à votação o ponto 2.10 – Aprovação da revisão ao Orçamento Municipal, n.º 1 e às Grandes Opções do Plano n.º 1, do ano de 2019.

Pergunto: Quem vota contra? Cinco. Quem se abstém? Cinco. E, portanto, 16 votos a favor. Foi aprovado com 16 votos a favor, 5 votos contra, da Senhora Deputada Maria José, do Senhor Deputado Manuel Henriques e dos três Elementos do PSD. Com a abstenção de 5, Senhor Deputado João Alfredo, António Santos e Bruno Pina e os dois Elementos do MCCD. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.10 – Aprovação da revisão ao Orçamento Municipal, n.º 1 e às Grandes Opções do Plano n.º 1, do ano de 2019, foi posto à discussão e deliberação, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 5 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Chegamos, assim, ao fim do Período da Ordem do Dia. Há três Senhores Deputados que têm estado a pedir-me para se ausentarem, porque têm assuntos inadiáveis a tratar. E, portanto, neste momento, dispenso-os. Mas, declaro aberta a sessão ao Público e pergunto: quem quer usar da palavra? Senhor Arlindo, faça favor. Tem 5 minutos.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores e Senhora Vereadora,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes da Junta,
Estimado Público,
Boa noite a todos.

Eu vou ser muito breve, até porque já vi que o Senhor Presidente da Assembleia já está cansado.

Primeiro que tudo, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me tirasse aqui uma dúvida, porque ontem fiquei com dúvidas. Ou seja, na reunião da Câmara foi pedido o adiamento, pelo empreiteiro, para mais um mês, para a construção das ETAR,s, que ficarão prontas, em princípio, dia 14 de agosto.

Depois, posterior a esse, vi no Portal da Câmara a dizer que as mesmas ETAR,s estavam a correr em bom ritmo. Portanto, gostaria de saber qual destas é a melhor versão.

Também gostaria de saber se com estes atrasos todos, porque já eram para estar prontas em outubro, se não terá encargos suplementares para a nossa Câmara, por intermédio do PO SEUR 2020, porque eu gostaria que não tivesse encargos porque esta é a minha Câmara, embora de alguns não seja, só estão cá para ganhar o dinheiro.

Portanto, sobre os parques já não vou falar porque já falaram. O Senhor Presidente também já esclareceu como é que está a situação dos parques.

Sobre o Museu do Vinho, gostaria de saber se, realmente, é para começar este ano, ou não, porque faz parte do Programa da Câmara.

Sobre os Bombeiros também não vou falar porque já foi falado.

Saber, para quando o início das obras de ampliação dos cemitérios e construção de outros.

Gostaria de saber também como é que está a Casa do Frazão. Foi um investimento feito pela Câmara já há uns anos valentes e continua a cair.

Portanto, saber dos empreiteiros, portanto, isto já, o Senhor Presidente já explicou quanto é que devia, mais ou menos, portanto, não vou.

Gostaria de saber, também e o Senhor Presidente tem autoridade para negociar com os empreiteiros do mandato da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, que eram as tais empreitadas que pôs-se em dúvidas que seriam ilegais, que é uma verba que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ronda, rondava, mais, ou menos, 800.000,00 euros. Gostaria de saber como é que está, se já pagou, porque não gostaria de ver, novamente, a Câmara ter uma dívida a empreiteiros de 5.000,00 euros, com juros, passou a 6.000,00 euros. E, depois, a Câmara veio a pagar, posteriormente, 30.000,00 euros.

Portanto, já agora, gostaria de saber também, já se falou aqui, as ruas continuam em péssimo estado, nomeadamente e eu até me vou rir, da Rua do Senhor Presidente. Portanto, já foram postos os paralelos, mas o alcatrão está péssimo.

No Folhadal, continuam as pessoas, Comerciantes, com a porta encostada para não entrar o pó, porque foi também feito o mesmo serviço das ETAR,s e ainda não puseram o paralelo.

Portanto, gostaria de saber, também, se a Rua João XXIII se também vai ter melhoramento de obras porque há certos locais, na Rua João XXIII, muito degradados mesmo.

A Quinta da Cal, gostaria se saber se é intenção do Senhor Presidente mandar reparar a rua da Quinta da Cal.

Gostaria de saber, também, para quando a Rua do Farol será feita porque está no Orçamento para 2019 e estamos no meio do ano e nada feito.

Gostaria de saber, também, a Rua das Poças, que dá ligação da E.N. 231, ou seja, a Estrada Carvalhal Redondo – Canas de Senhorim, que dá ligação para as Minas da Urgeiriça. É um troço, aí de 200 metros, talvez. Gostaria de saber para quando, visto que também está no mesmo documento da Câmara.

Gostaria de saber, também, quando é que abrem a Rua do Paço àquela zona que nós chamamos Cipreste. Também está prometido. Gostaria se saber para quando.

Gostaria de saber, também e já mesmo para acabar, a tal famosa rotunda do Hotel da Urgeiriça. Também está no Programa, já para 2016-2017 e já estamos em 2019.

Por último e para acabar mesmo, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara dissesse aqui a todos nós, aliás, a todos aqueles que me conhecem e foi uma das coisas que eu, na última Assembleia disse aqui, se pudesse vir um milhão de euros, que viessem dois milhões de euros, que eu aplaudia o Senhor Presidente.

Portanto, esta verba que vem para recauchutar, portanto, pavimentação das ruas, ou das estradas que foi falada aqui, de seiscentos e tal mil euros, que dissesse a toda a gente aqui que a Câmara não vai pagar um tostão. É dinheiro que vem de Bruxelas. Evidentemente, temos que dar valor ao Senhor Presidente da Câmara por ter feito o trabalho que fez para que esse dinheiro venha. Mas vai custar custo zero para a Câmara?

Muito boa noite a todos e bom fim-de-semana.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Arlindo. Uma vez que não há mais ninguém do Público inscrito, pergunto ao senhor presidente se quer responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Arlindo, as obras financiadas pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia são financiadas a 100%. Portanto, não há encargo nenhum do Município. Há ali uma verba que foi aprovada de forma condicionada à disponibilidade depois da não utilização de verbas por outros Municípios. Mas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

relativamente a estradas não vamos correr esse risco, vamos apenas gastar o valor que foi financiado a 100% sem condições e a obra terá que estar pronta até outubro.

A ETAR de Nelas III está a andar em bom ritmo, em bom ritmo. Mas foi só na ETAR de Nelas III que foi pedida uma prorrogação de prazo de mais 60 dias. Mas os trabalhos estão com uma execução superior a 70%, quer em termos físicos, quer em termos financeiros.

Em relação aos cemitérios, ainda há uma verba de um empréstimo aprovado no ano passado, a que temos que dar atenção. Temos que avançar o muro de suporte de terras e, pelo menos, com um talhão no cemitério de Senhorim. Faz bem em levantar essa questão.

A Casa do Frazão tem projeto aprovado. A Câmara do mandato anterior a 2013 adquiriu a Casa do Frazão por 160.000,00 euros. Creio estar a falar no número certo. Ou 150.000,00 euros, ou 160.000,00 euros, mas creio que foram 160.000,00 euros. Com um contrato de requalificação de todo o terreno associado, a que a Câmara também terá que o fazer, os arruamentos, o loteamento, tudo isso tem que ser a Câmara a fazer.

Nós já fizemos um projeto de requalificação da Casa do Frazão que apresentámos a financiamento à Beneficiação de Equipamentos Municipais, em que era um apoio até 300.000,00 euros e, infelizmente, não foi aprovado. Mas, na primeira oportunidade, até porque queremos regularizar a situação da casa, temos que fazer o loteamento. Tem que se fazer o loteamento.

Já encetámos negociações com a proprietária no sentido de vender o terreno à Câmara. Não se chegou a acordo porque o valor pedido é muito elevado e, portanto, vamos ter mesmo que fazer o loteamento. E na primeira oportunidade fazer a reconstrução da Casa do Frazão porque é património municipal e não temos alternativa. É um património da Câmara e a Câmara tem que recuperar aquela casa porque não há outra solução.

Pôr aquilo à venda, de certeza que ninguém dá 160.000,00 euros por aquela ruína que lá está que, praticamente, são as paredes e o terreno. Portanto, a Câmara tem mesmo que o fazer.

Em relação ao projeto CAVES, está, neste momento, a decorrer um procedimento de contratação de um Arquiteto, mesmo na Plataforma, para reprogramação do projeto de construção do Centro de Artes do Vinho e do Espaço.

A Senhora Secretária de Estado do Turismo, que esteve cá no lançamento da construção do Hotel, disse para nós acelerarmos este projeto. Tudo farei, tudo faremos para que essa infraestrutura seja construída ainda neste mandato, em Santar, tudo faremos. Há um financiamento de 400.000,00 euros do Programa Valorizar, que é insuficiente, que vai ser insuficiente. E, portanto, está, neste momento, a decorrer esse procedimento.

A Rua do Presidente de Câmara, onde vive o Presidente de Câmara, que é a Rua Dr. Eurico Amaral, pronto, aí está uma obra. Há quem diga que não vê obras nenhuma. Mas os atrasos na execução das obras também têm essa virtude. É que obrigam as pessoas a ver as obras. É que, efetivamente, houve obras.

E, no Folhadal, a rua principal toda, foram levantados os paralelos. Mas foram começados, felizmente, a repor hoje. Veja lá, Senhor Arlindo, hoje, foram começados a reparar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E a obra da Rua Dr. Eurico Amaral tem o Sistema Intercetor, uma conduta nova da água, que anda, permanentemente, a rebentar as condutas de fibrocimento e é preciso gastar muito mais dinheiro para levar aquilo aos Correios e depois levar das Quatro Esquinas até ao elevado, águas pluviais. E, portanto, olhe, são novos ramais que estão a demorar mais tempo do que aquilo que nós desejamos.

Mas, olhe, aí está uma obra que, sem dificuldades, se vê que está a ser executada e que está orçada em 160.000,00 euros.

A Rua do Farol, a Rua das Poças, a Rua do Cipreste, a Rotunda do Hotel da Urgeiriça, são tudo obras, naturalmente, que, de acordo com a disponibilidade financeira da Câmara, vão avançando. Na Rua das Poças está tudo preparado, incluindo o lancil para que haja pavimentação. Mas temos que ter disponibilidade financeira, de tesouraria, orçamental, primeiro de tesouraria, depois é lançar a obra e ir fazendo as obras à medida das possibilidades do financiamento da Câmara.

Já me convenci, ao fim de seis anos, tenho que o confessar, que a Câmara não tem recursos ilimitados. E, portanto, é como nas nossas casas, nas nossas empresas. São precisas opções. E é preciso esperar também o tempo para se concretizarem o máximo das obras que nós temos desejo em fazer.

Dizer assim: vai estar, no prazo tal. Eu vou fazer tudo para que a obra seja realizada. É esse o compromisso que eu tenho para este mandato, até 2021. E espero ter condições para fazer todas as obras que referenciou, à exceção da Rotunda do Hotel da Urgeiriça, porque o que estamos a negociar com as Infraestruturas de Portugal, já lá está o projeto, é uma rotunda para a Zona Industrial do Chão do Pisco.

E, portanto, o compromisso que eles têm com a Câmara de Nelas é: as curvas, a rotunda da Zona Industrial do Chão do Pisco e a valorização da Variante de Nelas que também, nos últimos meses, também foi feita. E, portanto, essas obras serão feitas. Tudo faremos para que elas sejam feitas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Ora, com os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, chegámos ao fim desta sessão.

Muito obrigado a todos. E muito boa noite. São onze horas e quarenta e oito minutos. Começamos às nove horas e catorze minutos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: